

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO – *CAMPUS* RECIFE
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE AMBIENTE, SEGURANÇA E SAÚDE
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

NATÁLIA KAROLINE CÂNDIDO SALVADOR

**A CONCEPÇÃO DOS LICENCIANDOS EM GEOGRAFIA DA UFPE SOBRE A
FORMAÇÃO CIDADÃ NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Recife - PE

2018

NATÁLIA KAROLINE CÂNDIDO SALVADOR

**A CONCEPÇÃO DOS LICENCIANDOS EM GEOGRAFIA DA UFPE SOBRE A
FORMAÇÃO CIDADÃ NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Recife, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Igor Sacha Florentino Cruz

Coorientador: Prof^a. Ms. Ana Paula Torres de Queiroz

Recife- PE

2018

Ficha elaborada pela bibliotecária Emmely Cristiny Lopes Silva CRB4/1876

S182c
2019

Salvador, Natália Karoline Cândido.

A concepção dos licenciandos em geografia da UFPE sobre a formação cidadã na educação básica/ Natália Karoline Cândido Salvador. --- Recife: O autor, 2018.
75f. il. Color.

TCC (Curso de Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal de Pernambuco, Departamento Acadêmico de Ambiente, Saúde e Segurança - DASS, 2019.

Inclui Referências e apêndice.

Orientador: Professora Dr. Igor Sacha Florentino Cruz.

1. Formação Cidadã. 2. Geografia escolar. 3. Cidadania. I. Título. II. Cruz, Igor Sacha Florentino. III. Instituto Federal de Pernambuco

CDD 910.7 (21ed.)

NATÁLIA KAROLINE CÂNDIDO SALVADOR

**A CONCEPÇÃO DOS LICENCIANDOS EM GEOGRAFIA DA UFPE SOBRE A
FORMAÇÃO CIDADÃ NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Recife, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e **APROVADO** em 19 de dezembro de 2018 pela Banca Examinadora:

Igor Sacha Florentino Cruz – (IFPE/CGEO) – Orientador
Doutor em Geografia - USP

Ana Paula Torres de Queiroz (IFPE/DASS) – Coorientadora
Mestra em Ciências da Linguagem – UNICAP

Gustavo Marques Borges (Colégio 3º Milênio) – Examinador Externo
Mestre em Geografia - UFPE

Clézia Aquino de Braga (IFPE/CGEO) – Examinadora Externa
Mestra em Geografia - UFPE

Recife - PE

2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por ter me dado à vida e ter me dado saúde para seguir nessa jornada. Ele que sempre me deu forças nas horas das incertezas e desânimos que enfrentei durante esses anos.

Aos meus amados pais, Suely Cândido e Isaias Salvador, pela educação que me deram e que me fez uma pessoa digna e de caráter, pelo amor, cuidado e apoio emocional. Agradeço infinitamente a minha mãe, por está do meu lado sempre, pelos abraços e pelos chás feitos no fim da noite nos meus dias de crises de choro e de nervosismo antes de alguma apresentação.

Agradeço ao meu orientador, Prof^o Dr. Igor Sacha Florentino Cruz, e a minha coorientadora, Prof^a Ms. Ana Paula Torres de Queiroz, pelas excelentes orientações e pelo apoio necessário para eu conseguir finalizar este trabalho. Obrigada por toda a ajuda e toda paciência comigo.

Agradeço a todos os professores do curso de Licenciatura em Geografia que contribuíram para minha formação. E não posso deixar de agradecer a minha querida Prof^a. Ms. Clézia Aquino de Braga, pelas preciosas orientações no PIBID - Programa de Iniciação a docência e no Estágio Supervisionado Curricular. Obrigada pela parceria em realizações de artigos e pelas apresentações da exposição de Josué de Castro. Muito obrigada pelas palavras que me incentivaram a seguir nessa profissão.

As minhas primas e amigas que me tiraram de uma tristeza sem fim e me mostraram que existia luz no fim do túnel. Em especial a minha irmã de leite, Raiana Rodrigues, por ser minha companheira desde a infância, partilhando momentos felizes e tristes, pelos fins de semana de muitas risadas e pelas palavras que me deram força para seguir.

A todos os meus amigos de sala que fizeram parte dessa caminhada, aos meus amigos de grupos de trabalho, João, Marinalva, Maria Vitória e Édiley, que dividiram comigo seus conhecimentos. Agradeço, em especial, aos meus queridos amigos, Lucas, Felipe e Sidney pelo apoio intelectual, pelo apoio emocional, pela parceria em trabalhos, pela disposição em me ajudar sempre, pelas conversas e por terem secado minhas lágrimas. Com certeza, serei uma pessoa melhor por ter tido vocês ao meu lado, levarei tudo que aprendi com vocês para sempre comigo. E também, ao meu amigo Bruno Ulisses por ter me ajudado na aplicação dos

questionários e ao meu amigo Gustavo Barreto pela parceria no PIBEX – Projeto de Extensão e pela ajuda nas correções do trabalho.

RESUMO

Diante da atual crise política brasileira, marcada pela polarização e da incapacidade de respeito a posicionamentos políticos divergentes e pela crescente falta de interesse da população brasileira pelo exercício da cidadania, da dificuldade de leitura crítica da realidade política, a pesquisa busca compreender a concepção dos licenciandos em Geografia da UFPE sobre formação cidadã e como a Geografia contribui para a construção do cidadão na educação básica. Na LDB, Lei nº 9.394, de 1996, uma das finalidades da educação básica é preparar o estudante para o exercício da cidadania, diante disso, educar os estudantes para a participação cidadã requer esforço dos profissionais da educação, principalmente o professor de Geografia, por ter a função de transmitir o conhecimento para seus estudantes de uma forma que eles compreendam as dinâmicas do meio em que vivem. A Geografia, por sua vez, como componente curricular contribui para a formação cidadã, formando um indivíduo que reconheça as dinâmicas do mundo, além de se compreender como indivíduo social. A abordagem metodológica é quali-quantitativa e o tipo da pesquisa é exploratório. A pesquisa se baseou numa pesquisa documental, onde se fez uma análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino fundamental dos anos finais (6º ano ao 9º ano) e do ensino médio, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e também o Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia da UFPE, tendo como objetivo compreender o objetivo da Geografia na educação básica e como ela contribui para a formação cidadã. A partir dos questionários aplicados com os 20 discentes concluintes do curso de Licenciatura em Geografia objetiva-se compreender a concepção desses estudantes sobre formação cidadã e do exercício da cidadania. No que tange ao referencial teórico para tais inquietações e discussões o mesmo fundamentou-se nos pensadores: (CAVALCANTI, 2012), (PIMENTA, 2009), (SCHÖN, 2000); (CALLAI, 2011), (BONAVIDES, 2000). Pode-se dizer que diante dos resultados alcançados, foi identificado um quadro de estudantes da graduação de Licenciatura em Geografia que se preocupam com a formação cidadã dos estudantes da educação básica, preocupados com os problemas em relação ao governo do seu país, são cidadãos que participam de política, demonstrando consciência política, além de ter um bom entendimento do conceito de cidadão. Assim, é importante essa pesquisa,

pois pudemos constatar que na Universidade Federal de Pernambuco estão sendo formados professores de Geografia voltados para a formação cidadã.

Palavras-Chave: Formação cidadã. Geografia Escolar. Cidadania.

ABSTRACT

In front of the current Brazilian political crisis, marked by the polarization and inability of respect and divergent political positioning and for the growing lack of interest from Brazilian population by exercise of citizenship, of difficulty of critical reading from political reality, the research search to understand the conception of licensing in Geography from UFPE about citizen formation and how the Geography contribute for the construction of citizen in basic education. In LDB, Law nº 9.394, from 1996, one of the purposes of basic education is prepare the students to the citizenship exercise, against that, to educate the students to a citizen participation requires effort of education professionals, especially the Geography teacher, for having the function to transmit the knowledge to students in a way they understand the surroundings dynamics where they live. The Geography, on the other hand, as a curricular component contribute for a citizen formation, forming an individual who recognize the dynamic of the world, besides being understood as social individual. The methodological approach is qualitative and quantitative, and the type of research is exploratory. the research grounded in a documental research, where is made an analyses of Parâmetros Curriculares Nacionais, of elementary school of the final years (6º grade to 9º grade) and high school, of Diretrizes e Bases Law, and also the Political Pedagogical Project of Geography of UFPE, having as objective understand the objective of Geography in Basic education and how its contributes to citizenship formation. From the questionnaire applied with 20 concluding students of Geography, objectives to understand the conception of this students about citizenship formation and citizen exercise. In reference to the theoretical referential for such concerns and discussions the same was based on thinkers: (CAVALCANTI, 2012), (PIMENTA, 2009), (SCHÖN, 2000); (CALLAI, 2011), (BONAVIDES, 2000). It can be said that given the achieved results, it was identified a framework of students from Geography graduation who cared with the citizenship formation of basic education students, concerned about the problems in relation to the government of their country, they are citizen who participates of politics, demonstrating political consciousness, besides having a good understanding of citizen conception. Thereby, this research is important because we can verify that in Federal University of Pernambuco they are graduating Geography teachers aimed to citizen formation.

Key-words: Citizen Formation. Geography school. Citizenship.

LISTA DE SIGLAS

CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

D.A - Diretório Acadêmico

IFPE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

LDB - Leis de Diretrizes e bases da Educação Nacional

NIATE - Núcleo Integrado de Atividades de Ensino

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 01 - Faixa etária dos estudantes.....	48
Gráfico 02 - Ferramentas e meios de atuação para o exercício da cidadania.....	58
Gráfico 03 - Interesse dos estudantes pelos temas políticos do país, estado e município.....	64

LISTA DE QUADRO

Quadro 01 - Componentes curriculares do curso de Licenciatura em Geografia que contribuíram significativamente para a formação como cidadão.....	60
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
2.1 Análise documental do projeto pedagógico do curso de licenciatura em Geografia.....	22
3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES, PRÁTICA DOCENTE E SEUS SABERES ...	25
3.1 Formação do professor de geografia crítico-reflexivo para a formação cidadã.....	29
4 A ESCOLA COMO ESPAÇO PARA FORMAÇÃO CIDADÃ.....	35
4.1 A educação geográfica e a formação para cidadania.....	38
5 O ENTENDIMENTO DE CIDADÃO E DE CIDADANIA.....	43
6 O OLHAR DO FUTURO PROFESSOR DE GEOGRAFIA DA UFPE SOBRE O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.....	48
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS.....	69
APÊNDICE A.....	75

1 INTRODUÇÃO

Diante da atual crise política brasileira, marcada pela polarização e da incapacidade de respeito a posicionamentos políticos divergentes, marcado por ocorrência de diversos protestos em massa desde 2013, mobilizando pessoas com o objetivo de melhorias na esfera política, econômica e social, unidos com o mesmo propósito, a insatisfação com a estrutura política nacional, levantando inúmeras bandeiras, em especial a divergência entre a extrema esquerda e a extrema direita, que até hoje estão presente na sociedade. A crise na esfera política no Brasil teve como destaque o *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff, com sua saída, o governo foi administrado pelo seu vice-presidente Michel Temer, sendo considerado um governo ilegítimo, pois desrespeitou as legislações eleitorais e a Constituição Federativa do Brasil.

Outro aspecto relevante a ser destacado é sobre a crescente falta de interesse de uma parcela da população brasileira pelo exercício da cidadania, da dificuldade de leitura crítica da realidade política, diante disso, com ausência dessa atuação da cidadania, a população vai sendo informada pela mídia, a mesma é capaz de influenciar e construir a opinião pública a seu favor, dessa forma é importante à atuação mais efetiva por parte dos cidadãos na condução da esfera política, pois assim ele compreenderá a realidade política. Com isso, é necessário refletir sobre a formação de cidadãos ao longo da educação básica: que tipo de cidadãos formamos? Por isso, a pesquisa visa analisar a concepção dos concluintes da licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – *Campus* Recife a respeito da compreensão do exercício da cidadania, já que estes serão futuros professores da educação básica.

Por isso, o interesse em investigar o curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco surgiu pelo fato de ser a pioneira em oferecer o curso de Geografia no estado de Pernambuco, segundo o PPC (2014) do Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sendo criado em 04 de dezembro de 1950, pela Lei Federal Nº. 1.254, quatro anos após a criação da própria Universidade. Além de ser uma referência Nacional e Internacional.

No entanto, constatou-se assim a necessidade de compreender a concepção dos licenciandos em Geografia da UFPE sobre formação cidadã e como esta ciência contribui para a construção do cidadão na educação básica.

A fim de se alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos da pesquisa consistem em: Investigar a compreensão dos licenciandos a respeito do que é um cidadão; identificar quais são as ferramentas e meios de atuação dos licenciandos para o exercício da cidadania; analisar a visão dos estudantes sobre o papel do Estado na construção de uma sociedade mais justa; analisar a concepção dos estudantes sobre a contribuição da educação geográfica para a formação cidadã.

A escolha por essa temática surgiu através do projeto de pesquisa intitulado: A formação cidadã e a Geografia Escolar no ensino médio: que tipo de cidadãos formamos? Onde surgiu o interesse em compreender o que os futuros professores de geografia pensam sobre formação cidadã e como a Geografia escolar contribui na construção do cidadão na educação básica.

O estudo terá como marco teórico as contribuições de Schön (2000), cuja abordagem é sobre o professor reflexivo, onde esse profissional não foca apenas na solução do problema, mas também faz a reflexão para entender a problemática, do porque dessa dificuldade e, a partir disso, buscar solucioná-lo da melhor forma possível. Diante disso, cabe refletir sobre como os futuros professores de Geografia entendem a formação cidadã e como a educação geográfica pode contribuir no processo de construção de cidadãos, despertando nos estudantes o interesse pela leitura e compreensão da realidade social.

Vale ressaltar, também, que uma das principais preocupações no que concerne a formação do professor de Geografia, como ressalta Sobral (2000), é o comprometimento de formar um profissional que cumpra os objetivos da educação nacional, que trate de formar profissionais completos no sentido que não busque apenas a preparação para o mercado, e sim para a cidadania e o pensamento crítico e que entenda as necessidades educacionais da sociedade em que ele está inserido, como está estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996.

Na LDB uma das finalidades da educação básica é preparar o estudante para o exercício da cidadania, diante disso, o professor de geografia deve apresentar uma compreensão adequada sobre a formação cidadã, cidadania, Estado e Democracia. Nesta perspectiva, se faz necessário analisar a compreensão dos

concluintes do curso de Licenciatura em Geografia 2018.2 da UFPE sobre os conceitos citados acima.

O ensino de Geografia vai além da transmissão do conteúdo na educação básica, pois busca construir os conteúdos geográficos de uma forma didática e reflexiva, visando garantir a formação de cidadãos conscientes do seu papel coletivo na sociedade. É importante ressaltar sobre a educação geográfica, onde faz com que o estudante seja capaz de ler o mundo criticamente, analisando suas dinâmicas espaciais. E tem como meta abordar os conteúdos da geografia nos processos do ensino e da aprendizagem do estudante, oportunizando ao mesmo o acesso ao conhecimento de modo que o torne um indivíduo capaz de elaborar o seu próprio pensamento e produzir o seu saber (CALLAI, 2018).

Além disso, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000), o papel da escola é formar cidadãos ativos e que participem politicamente e socialmente, onde eles tenham o conhecimento dos seus direitos e deveres, visando à construção de uma sociedade mais justa, solidária e equitativa. O ensino da Geografia, no ensino fundamental nos anos finais (6º ano ao 9º ano), visa mostrar ao estudante que o entendimento sobre cidadania é de fundamental importância para sua formação. É nessa fase que ele começa a ter o entendimento sobre o seu papel na sociedade, sendo assim, formando um cidadão completo. No que diz respeito ao ensino médio, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, “deve orientar a formação de um cidadão para aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser” (BRASIL, 1998, p. 31).

No que se refere à ciência geográfica, ela trabalha com novas ideias e interpretações em escala local e o global, com isso, a Geografia escolar assume um papel importante na formação da consciência espacial-cidadã, onde os indivíduos, nesse espaço, aprendem a ser solidário, a conviver e a respeitar povos de outra etnia e cultura, assim, tornando-se seres pensantes. Mas, para que esses estudantes da educação básica tenham uma formação cidadã, os futuros professores de Geografia devem ter o entendimento sobre formação cidadã e cidadania, para poder construir e formar cidadãos participativos e ativos para a sociedade. Com isso, se não houver a formação adequada desses futuros professores, a educação básica brasileira não atenderá aos objetivos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases, que de acordo com o seu Art. 2º, a educação tem que preparar os indivíduos para o exercício da cidadania.

Então, para que haja uma melhora no ensino da geografia, as atenções devem estar voltadas para formação do futuro professor de Geografia, pois o mesmo é o responsável em levar para a educação básica os conceitos geográficos, fazendo com que os estudantes consigam interpretar o mundo a sua volta como seres atuantes e críticos (MORAES; SANTOS, 2013).

Perante o exposto, é necessário responder ao seguinte questionamento: Qual a concepção dos futuros professores de Geografia a respeito do exercício da cidadania? Diante disso, a pesquisa busca analisar a compreensão dos formandos sobre o que é ser cidadão, a cidadania, democracia e entendimento do papel do Estado.

A partir desses aspectos, torna-se de vital importância a compreensão dos concluintes da licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE sobre formação cidadã e do exercício da cidadania. Pois, a partir disso poderemos analisar a concepção dos licenciandos, futuros professores, a cerca de conceitos chaves para o exercício da cidadania, são eles: formação cidadã, cidadania, Estado e Democracia.

Com isso, o capítulo 2 elucida a metodologia aplicada para a realização da pesquisa, justificando o caminho que foi percorrido e as técnicas de coletas de dados empreendidos.

No capítulo 3, aborda sobre a formação de professores, a atividade docente e os seus saberes que são adquiridos, abordando sobre a formação continuada de um docente, além de analisar o valor do professor para a escola e para a formação cidadã. Nesse mesmo capítulo também será abordado sobre o professor crítico reflexivo de Geografia para a formação cidadã.

Já no capítulo 4, o caso apresentado é a escola como um espaço social para a formação cidadã, pois tem como objetivo proporcionar o conhecimento científico e de mundo, abordando sobre a importância da educação na construção do indivíduo. Discutindo sobre o papel da educação geográfica para a formação cidadã e identificando os objetivos da geografia, tanto no ensino fundamental (6º ano ao 9º ano) quanto o ensino médio, de acordo com os PCNs.

Em seguida, no capítulo 5, será feito um levantamento histórico sobre cidadão e cidadania. Também será apresentado sobre o conceito de cidadão e cidadania, tendo como embasamento a sociedade atual, trazendo a tona a relação do ser cidadão no século XXI. Para mais, será abordado a respeito de uma cidadania ativa,

apresentando a importância de se formar sujeitos ativos, participativos, críticos na sociedade.

Por fim, no capítulo 6, serão apresentados os resultados a respeito da concepção dos estudantes concluintes do curso de Licenciatura em Geografia da UFPE, sobre ser cidadão, qual o papel da geografia escolar para a formação cidadã, e o qual papel do estado na construção da sociedade, além de identificar quais as ferramentas e meios de atuação para o exercício de sua cidadania.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A princípio, realizou-se um levantamento bibliográfico, onde foi feita uma busca seletiva para identificar, situar e definir o objetivo da pesquisa. Com isso, foram feitas pesquisas em livros e de artigos científicos em plataformas digitais, como: Scielo, revistas científicas disponibilizadas em meio digital com a finalidade de aprofundar o tema da pesquisa: a cidadania e a formação cidadã na escola e como a educação geográfica contribui para a construção do cidadão na educação básica.

É fundamental ressaltar que o tipo da pesquisa é exploratório, com o intuito de buscar mais dados e informações sobre a formação cidadã dos estudantes concluintes do curso “Licenciatura em Geografia”. Diante disso, visando responder aos objetivos da pesquisa, o caminho metodológico adotado foi o levantamento bibliográfico, pesquisa documental e aplicação de questionário. A abordagem metodológica é quali-quantitativa. Segundo a natureza dos dados, a pesquisa encaixa-se numa abordagem qualitativa, que segundo Malhotra (2006), conceitua como uma “metodologia de pesquisa não-estruturada e exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema.” Onde foi feita a quantificação dos dados, com o objetivo de buscar evidência conclusiva, aplicando análise estatística.

Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando-o na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações.

Além desse levantamento, o presente trabalho baseou-se numa pesquisa documental, onde se fez uma análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino fundamental dos anos finais (6º ano ao 9º ano) e do ensino médio, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e também o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia da UFPE, a escolha da análise documental se deu pela necessidade de compreender os objetivos da Geografia na educação básica e de que maneira ela contribui para a formação cidadã.

Para esta pesquisa, o campo de estudo foi a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, *Campus Recife*, localizada na Avenida Professor Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife – PE, no qual os sujeitos da pesquisa

foram os 20 discentes concluintes do curso de Licenciatura em Geografia, do turno da manhã, com o objetivo de compreender a concepção desses estudantes sobre formação cidadã e do exercício da cidadania.

Quanto à técnica para a coleta de dados, se deu, primeiramente, na divulgação do questionário via e-mail e por redes sociais, porém não obteve-se o resultado esperado. Com isso, para conseguir mais respostas, foi necessário à aplicação do questionário com os outros estudantes concluintes que não havia respondido, sendo realizado no dia 25 de outubro de 2018, no Núcleo Integrado de Atividades de Ensino (NIATE) – CFCH - UFPE, na sala 308. O tipo do questionário apresentado foi com perguntas de múltipla escolha, resposta única e discursiva, que ajudou na sistematização das informações e na elaboração das análises e interpretação dos dados, composto de 8 questões, sendo 6 questões subjetivas e 2 objetivas (APÊNDICE 1). Esse questionário foi realizado com o intuito de alcançar os objetivos da pesquisa. Os estudantes foram identificados por letras e números.

Para análise dos dados, foi utilizada a ferramenta do Google Forms, um dos aplicativos que faz parte do Google Drive, a escolha dessa ferramenta se deu, pois ao incluir os resultados das respostas aparecem organizadas em gráficos, sendo uma ferramenta de fácil elaboração.

2.1 Análise documental do Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Geografia

A reflexão do projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco foi feita com o objetivo de verificar se está proposto no PPC a questão voltada para a formação cidadã. E também identificar se vem formando futuros docentes de Geografia capacitados em formar estudantes da educação básica capazes de compreender a realidade social, econômica e política.

Diante disso, em 2014, vigorava um novo PPC do curso de Licenciatura em Geografia, onde houve reformulação com vista à melhora do ensino e aprendizagem, tanto para os futuros profissionais da Geografia, quanto para os estudantes da educação básica. A proposta de reformulação tem como finalidade, segundo o UFPE (2014, p. 10) do curso, “atualizar as concepções pedagógico-metodológicas adequando-as às novas práticas educativas necessárias à formação profissional do docente [...]”. De acordo com o PPC, o curso de Licenciatura em Geografia tem uma carga horária total de 2.900 horas, compreendendo aulas teóricas,

práticas, estágio e atividade complementares de acordo com as normas atualmente propostas (Resoluções CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 e nº 2, de 19 de fevereiro de 2002).

Fazendo uma reflexão do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia da UFPE, percebe-se que a concepção está em consonância com as mudanças na formação do professor na LDB, e no ensino da Geografia propostas nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Diante desse duplo embasamento, o PPC do curso de Licenciatura em Geografia da UFPE:

concebe-se um curso de licenciatura que, ao mesmo tempo em que consolida uma formação profissional própria do professor, em relação aos conteúdos específicos e pedagógicos, cria condições para que este futuro profissional, na sua fase de formação, ganhe autonomia e iniciativa a partir de um currículo mais flexível, permitindo experimentações, viabilização da interdisciplinaridade e contatos com a prática docente (UFPE, 2014, p. 11).

Em consonância disso, pôde-se analisar que o curso busca formar professores de Geografia que tem o perfil possuidor de uma sólida base de conhecimentos, sempre se atualizando na área do saber, lidando com as informações e habilidades que vem se renovando. Assim, esse professor deve buscar o conhecimento de modo continuado, onde este esteja sempre se atualizando das informações e mudanças que ocorrem na sociedade e na ciência e que forme cidadãos capazes de compreender e atuar no espaço em que vivem. Nesse seguimento, a estruturação do curso, de acordo com o UFPE (2014), “objetiva preparar o futuro docente para que se torne atuante na comunidade escolar, tanto no que se refere à sua disciplina quanto aos temas transversais e, especialmente, no que concerne à integração da escola com o lugar onde está inserida.”

Com base nisso, ele busca preparar o futuro professor de Geografia um profissional ativo dentro da escola, inserido em projetos pedagógicos dentro de sua disciplina e outras também, buscando a interdisciplinaridade no âmbito escolar. Callai (2011, p. 7) ressalta que:

formar professores, então, requer que nos cursos de formação inicial sejam trabalhados os conteúdos de forma que incorporem os princípios didáticos pedagógicos dos mesmos. Ao vivenciar as formas de aprender geografia o graduando poderá estabelecer as bases para ensinar a geografia.

Diante disso, a metodologia proposta do curso, é que o estudante ao ingressar no curso de geografia comece a construir sua ação pedagógica a partir do contato com os conteúdos da geografia e dos conteúdos específicos, desenvolvendo ações na escola e relacionando os conhecimentos teóricos com a realidade vivenciada.

O Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Geografia do UFPE, visa formar professores de Geografia preparados para o mercado de trabalho e que possa atuar no ensino fundamental e médio, além disso, o PPC reforça que busca formar um professor “que valorize a melhoria qualitativa da ação pedagógica em si, contribuindo para a formação de um cidadão capaz de intervir e promover mudanças na sociedade” (UFPE, 2014). Este projeto indica que o curso de Licenciatura em Geografia preocupa-se com a formação cidadã, onde esses futuros docentes sejam capazes de compreender a realidade em que vivem, formando cidadãos ativos, promovendo mudanças na sociedade.

3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES, PRÁTICA DOCENTE E SEUS SABERES

Exercer a docência é uma tarefa complexa, pois envolve mais do que os conhecimentos específicos do docente, envolve também os conhecimentos pedagógicos, e este se constituem conforme a vivência dos professores com o ensino e a aprendizagem, tendo relação numa construção coletiva, ou seja, formando inúmeros estudantes do ensino básico (PIVETTA; ISAIAS, 2009). Além disso, o professor também está em formação contínua, onde estão em constante processo de transformação cultural, de valores e de interesses, formando assim a identidade de um professor.

Segundo o documento Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (BRASIL, 2015), compreende-se a docência como um processo pedagógico com uma determinada intencionalidade e metodologia que envolve todos os conhecimentos específicos, conceituais, interdisciplinares, pedagógicos e objetivos que se desenvolvem com as construções de valores éticos, políticos, linguísticos e estéticos derivados da formação científica e cultural do ensinar/aprender no modelamento do conhecimento.

Para mais, o trabalho docente, segundo Pimenta (2009, p. 18)

é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera-se da licenciatura que desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem permanentemente irem construindo seus saberes-fazeres docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano.

A partir disso, cada professor constrói sua própria atividade docente inserida no seu cotidiano a partir de seu modo de vida, seus valores, suas atitudes, nesse sentido tem em sua vida o ser professor (PIMENTA, 2009).

No entanto, forma-se um professor no seu dia-a-dia, nos cursos de formação inicial, nos cursos de formação continuada e forma-se, também, no exercício de sua função. Cavalcanti (2012, p. 18) complementa que “a formação deve ser contínua, permanente, e deve ocorrer também nos diferentes espaços de atuação profissional, ou seja, nas escolas”. Isto é, a escola deve ser um espaço para práticas colaborativas e participativas, contribuindo para a formação de professores. Além disso, é importante que os professores estejam se atualizando dos acontecimentos do mundo, conhecendo e tendo a vivência das práticas sociais e profissional do seu tempo (CAVALCANTI, 2012). Ao longo de sua formação o professor constrói o

conhecimento pedagógico, segundo Isaias e Pivetta (2009). Visto que cada professor tem seu modo peculiar de ensinar.

De acordo com Cavalcanti (2012, p. 20), a importância do professor na sociedade é “ajudar as pessoas a se apropriar desses instrumentos de desenvolvimento cognitivo, social e emocional como ferramentas simbólicas, que permitem alterações na relação com a realidade.” Com isso, a educação escolar tem por finalidade contribuir com o processo de humanização dos professores e estudantes, através do trabalho coletivo e da interdisciplinaridade, seguindo uma perspectiva de inserção social crítica e transformadora (PIMENTA, 2009). A referida autora ressalta, também, que educar na escola significa preparar crianças e jovens para compreender a realidade social, para aí atuarem.

Como processo de formação docente, Pimenta (2009, p. 29) propõem o seguinte:

- ✓ Produzir a vida do professor, valorizando seu trabalho crítico-reflexivo sobre prática docente e suas experiências compartilhadas;
- ✓ Produzir a profissão docente, dotados de saberes específicos e o desenvolvendo de sua identidade profissional;
- ✓ Produzir a escola, pois é um “espaço de trabalho de formação do professor, que acarreta a gestão democrática e práticas curriculares participativas”.

À vista disso, Zeichner (1993 apud Pimenta, 2009, p. 30), enfatiza dizendo que é importante “preparar professores que assumam uma atitude reflexiva em relação ao seu ensino e às condições sociais que o influenciam.” Esse preparo valoriza o professor como sujeito das transformações, esse tipo de formação docente é necessário tanto na escola quanto na sociedade.

Conforme Pimenta (2009, p. 39), “o trabalho docente constrói-se e transforma-se no cotidiano da vida social”. Sendo assim, considerado uma prática social. Prática essa que se faz no dia-a-dia no âmbito escolar, mostrando-se uma prática social rica de possibilidade e também de limitações. A prática docente, como dimensão da prática social mais ampla, consiste numa forma de intervenção de caráter intencional na realidade social. Nesse sentido, o crescente aumento das demandas sociais tem exigido dos educadores e das escolas um esforço no que diz respeito à construção de caminhos teórico-metodológicos que propiciem a elaboração de propostas pedagógicas capazes de alterar o conteúdo e a forma dos

processos de ensino e aprendizagem, e a transformação dos contextos escolares em que a prática educativa se manifesta.

Nessa perspectiva, os professores tornam-se, segundo Almeida (2006, p. 186),

responsáveis não somente pelas ações que desenvolvem em sala durante a aula, mas também pelo conjunto de decisões que lhes são pressupostas, como as opções político-educacionais relativas a currículo, projetos, disciplinas e avaliação, entre outros.

Assim, a formação do professor é compreendida como um processo de preparação intelectual, técnica e política que pretende responder as demandas e desafios presentes na realidade social. O exercício da atividade docente requer uma formação intencional de caráter integral, que dê conta das tarefas do processo de ensino-aprendizagem circunscrito em contextos escolares permeados por contradições, tensões e conflitos. Isso significa que formar o professor não é uma tarefa tão simples, mas, uma questão ética-política que tem relação com as finalidades da educação.

A atividade docente está sempre diante de situações complexas que precisam de respostas, com isso é função do professor trazer esses resultados, sendo elas repetitivas ou criativas, isso depende da habilidade e do conhecimento da realidade que o professor tem. Entretanto, segundo Pimenta (2009, p. 47)

a prática docente, expressão do saber pedagógico, constituiu-se numa fonte de desenvolvimento da teoria pedagógica. As necessidades práticas que emergem do cotidiano da sala de aula demandam numa teoria.

Para mais, conforme Dubar (1991, apud Nuñez; Ramalho, 2015) “a identidade profissional se constrói como resultado da socialização dos sujeitos em diferentes espaços e tempos. Um desses espaços é o da formação profissional”. Pois, é a partir do currículo que se constrói o perfil profissional que queremos formar. Dependendo de quais concepções são adotadas nos currículos, teremos um profissional distinto sendo formado. O currículo tem um papel importante para a formação de um modelo profissional, pois ele transmite as ideais para que possa ser trabalho a prática de sala de aula.

No que diz respeito aos saberes docentes e formação de professores, pode-se analisar que não é um assunto recente, ele já vem sendo discutido através da

análise da prática dos professores em sala de aula, além da relação teórica e prática dos conteúdos no dia-a-dia escolar.

O estudo de Gauthier et al (2006) revela que assim como a atividade docente não consegue revelar os saberes, a ciência da educação acaba produzindo outros tipos de saberes que não condiz com a prática. Com isso, Gauthier et al. (2006) menciona três tipos categorias relacionada às profissões, sendo elas: ofícios sem saberes; saberes sem ofício e ofícios feitos de saberes.

O ofício sem saberes, é um saber do próprio docente, seguidos por experiência, bom senso e intuição. Em relação aos saberes sem ofício, tem característica mais formal com o ensino, diminui sua dificuldade e a reflexão que se torna presente na prática do professor, ou seja, torna-se um saber que não é real. Por fim, o ofício feito de saberes engloba vários saberes que são utilizados pelo professor, como: saber disciplinar; saber curricular; das ciências da educação, tem relação ao saber profissional específico não estando relacionada com a ação pedagógica; da tradição pedagógica, relativo ao saber de dar aulas, sendo modificado e adaptado ao longo do exercício da profissão; da experiência, um saber limitado, onde os argumentos não tem método científico; da ação pedagógica, refere-se ao saber experiencial quando se torna público e testado.

Desse modo, os saberes docentes apresentam-se de uma forma diferente, segundo a qual professores obtêm e discutem o conhecimento através da prática, além de aprender com as condições de ser um professor. Tardif (2002, p. 54) destaca que o saber docente é um “saber plural, formado de diversos saberes provenientes das instituições de formação, da formação profissional, dos currículos e da prática cotidiana”.

O autor mencionado especifica sobre os saberes docentes, sendo eles: do conhecimento a respeito das ciências da educação e de métodos e técnicas pedagógicas (saberes da formação profissional), do domínio do conhecimento específico a ser ensinado (saberes disciplinares), da apropriação de uma forma “escolar” de tratar os conhecimentos que serão objeto de ensino (saberes curriculares) ou da própria vivência diária da tarefa de ensinar (saberes experienciais).

Gauthier et al. (2006, p. 28), também entende os saberes de forma plural quando esclarece que “é muito mais pertinente conceber o ensino como a mobilização de vários saberes que formam uma espécie de reservatório no qual o

professor se abastece para responder a exigências específicas de sua situação concreta de ensino”.

Quando se pensa em um modelo de professor, deve-se levar em consideração a construção e aplicação desses saberes docentes, melhor dizendo, as condições sociais e históricas onde é exercida a profissão, essas condições é o suporte para a prática em sala de aula do professor.

Pimenta (1999), pesquisa sobre a prática com os alunos de licenciatura e destaca a mobilização dos saberes da experiência, ela aborda três tipos de saberes da docência, sendo elas: da experiência, aquelas que o docente aprende desde quando era aluno; do conhecimento, função da escola em transmitir conhecimento no contexto mais contemporâneo; dos saberes pedagógicos, questão do conhecimento junto com o saber de experiência e também dos conteúdos específico. Ainda sobre o assunto a autora,

ênfatisa ainda a importância de que a fragmentação entre os diferentes saberes seja superada, considerando a prática social como objetivo central, possibilitando, assim, uma re-significação dos saberes na formação dos professores (PIMENTA, 1999, p. 35).

Com isso, os professores conseguem notar o quanto é importante uma prática pedagógica mais ligada à realidade do estudante, dessa forma, é preciso capacitar o professor para saber lidar em conflitos, além de saber transmitir o conhecimento para o aluno. Para que isso ocorrer, é necessário que essa formação discente tenha uma formação de um profissional crítico-reflexivo.

3.1 Formação do professor de geografia crítico-reflexivo para a formação cidadã

Atualmente, o que muito se defende sobre formação docente é a necessidade de formar professores que reflitam sobre sua prática, com o objetivo de modificar e melhorar sua atuação em sala de aula, não só beneficiando o professor, mas também toda comunidade escolar (FÁVERO; FONTANA, 2013).

Além disso, existem diferentes tipos de professores, têm-se como exemplo: o profissional como técnico; o professor como profissional crítico; o professor-pesquisador e o professor como prático-reflexivo. O profissional como técnico é um professor que aplica o conteúdo para os estudantes, porém esse assunto lecionado por ele não é exposto de maneira contextualizada, sendo considerado um ensino

tradicional, pois sua ênfase está na mera informação, conseqüentemente fazendo com que o aluno não aprenda de fato o conteúdo. Um profissional assim formado, conforme Schön (2000), não consegue responder às situações que surgem no dia-a-dia profissional, pois a realidade ultrapassam os conhecimentos da ciência e as respostas técnicas ainda não estão formuladas para responder a alguns questionamentos que podem surgir no dia-a-dia (PIMENTA, 2005).

Em relação ao professor como profissional crítico, em primeiro lugar, deve respeitar o conhecimento do estudante, desse modo, um professor crítico incentiva o educando a observar e refletir sobre a realidade, despertando a curiosidade dos alunos. Segundo Brito, Sena e Rocha (2011, p. 145),

A autonomia deste profissional crítico suporia um processo contínuo de descobertas e de transformações e, como é um processo contínuo, há maior dificuldade não só em relação à transformação das condições sociais e institucionais de ensino, como também na construção da própria consciência crítica.

Com relação ao professor-pesquisador é aquele que não é só apenas usuário do conhecimento, mas também participa da produção do conhecimento. A pesquisa é muito importante para a formação de um professor, pois segundo Paulo Freire (1996) “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino [...] Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ao anunciar para a sociedade”.

Por fim, o profissional prático-reflexivo, onde o docente deve esforça-se para ser um profissional que busque sempre solucionar o problema, mas além de solucionar o problema o professor deve trazer para aula as reflexões para a compreensão de um determinado problema, e entender o porquê dessa problemática. Nessa perspectiva, o perfil de um professor reflexivo é encorajar o aluno a pensar e a se questionar das coisas, além de aprender a escutar o estudante e juntos refletir sobre a solução do problema. Diante disso, Alarcão (2005, p. 177) ressalta que “os professores têm de ser agentes ativos do seu próprio desenvolvimento e do funcionamento das escolas como organização ao serviço do grande projeto social que é a formação dos educandos”.

Dewey (1933 apud Zeichner, 1993) acrescenta que a reflexão é uma maneira de encarar e responder aos problemas, além de ser um processo que implica a busca de soluções lógicas e racionais para os problemas. Vale ressaltar que a reflexão também implica paixão, intuição e emoção. O referido autor ainda complementa dizendo que a ação reflexiva tem três atitudes necessárias. A primeira

diz respeito à abertura de espírito, refere-se, a saber, ouvir outras opiniões e admitir erros. De acordo com Zeichner (1993, p. 18),

os professores que têm um espírito aberto examinam constantemente as fundamentações lógicas que estão na base do que é considerado natural e correto, e não descansa enquanto não descobrem as causas dos conflitos. Os professores reflexivos perguntam-se conseqüentemente porque estão a fazer o que fazem na sala de aula.

A segunda atitude é a de responsabilidade, os professores responsáveis se perguntam do porque de sua ação, um professor reflexivo se avalia por meio da pergunta, se questionando sobre o que estão fazendo e para quem estão fazendo. Segundo Zeichner (1993, p. 19) “Por fim, a terceira atitude, é a sinceridade, ou seja, a abertura de espírito e a responsabilidade devem ser componentes centrais de um professor reflexivo”.

Segundo Pimenta (2009, p. 31), “a formação de professores reflexivos compreende um projeto humano emancipatório.” Com isso, é preciso formar professores como intelectuais críticos, pois assim eles serão capazes de refletir sobre o mundo e praticar o discurso da liberdade e da democracia (PIMENTA, 2009). Sendo assim, formando docentes que tenham o conhecimento da dinâmica de uma sociedade globalizada e da multiculturalidade. Para mais, essa tendência reflexiva tem como objetivo valorizar o desenvolvimento pessoal-profissional dos docentes e também das escolas.

Acredita-se, conforme Schön (2000) que o professor reflexivo, deve ser capaz de estimular, identificar e até mesmo dar atenção à confusão que seus estudantes possuem durante o processo de aprendizagem, porém deve ser capaz, também, de dar valor as suas próprias confusões, pois o professor não é o dono da verdade. Diante do exposto, se faz necessário que o docente tenha a capacidade de saber ouvir o estudante e, a partir disso fazer uma reflexão sobre o problema, buscando solucioná-lo.

Para mais, o professor reflexivo é considerado com um problematizador de sua prática, fazendo uma reflexão de sua ação quando se depara com uma situação que foge de sua normalidade que está acostumado a lidar no seu cotidiano, ou seja, o docente reflexivo assume uma posição de investigador de sua prática a partir dos problemas que surgem em seu fazer pedagógico (BRAGA; SANTANA, 2013). Com isso, o docente como profissional reflexivo não atua apenas transmitindo conteúdo,

ele atua na interação com os estudantes, professores e a comunidade escolar, além de ser capaz de pensar sobre sua prática.

Por sua vez, Cavalcanti (2008) afirma que a atividade do professor é uma profissão que requer continuidade em toda sua trajetória, havendo mudanças no processo de formação, pois com o passar do tempo às formas de ensino vão se aperfeiçoando, sem falar das mudanças estruturais na educação no Brasil, tanto na educação básica quanto no curso do nível superior nas licenciaturas, tendo como objetivo seguir no caminho que possibilite a formação mais social e cidadã, tanto do estudante quanto do professor.

A formação inicial de professores tem como função fornecer as bases para a construção do conhecimento pedagógico e escolar, onde estes futuros docentes entraram em contato com situações problematizadoras da realidade escolar, nesse sentido o futuro profissional de ensino deve estar preparado para lidar com a complexidade que pode se deparar no âmbito escolar. Entretanto, segundo Braga (2013, p. 430),

tem que se ter claro que a intenção primordial dos cursos de formação inicial é criar estratégias para uma formação de professores para investigação de problemas e da prática, ampliando o seu conhecimento profissional em território democrático e crítico.

Diante do exposto, é importante uma formação inicial mais integrada na educação cidadã, desenvolvendo aulas para a resolução de problemas. Na atualidade, vive-se em uma realidade em que é necessário o professor ter a capacidade de articular os diversos saberes, e isso poderá solucionar os problemas presentes na escola que se encontram cada vez mais complexos.

Dessa forma, focando na formação de professores de Geografia, Cavalcanti (2012) ressalta que esse tema é complexo e polêmico, pois é um assunto que leva em consideração as transformações que vão acontecendo ao longo do tempo, sendo elas econômicas, políticas, sociais, éticas e espaciais, onde provoca alterações ao mundo do trabalho e a formação profissional. Desse modo, as atividades profissionais, como cita Cavalcanti (2012, p. 62), “têm sido ampliadas e se tornando mais complexas, para atender as necessidades da sociedade atual”.

Para mais, sobre a formação de professores de Geografia, Cavalcanti (2012, p. 72) ressalta que “é importante pensar em projetos de formação que permitam que o profissional domine criticamente a geografia e também a reflexão de suas

finalidades sociopolíticas e o modo peculiar de constituição desse campo”. Ou seja, permitindo que esse docente tenha uma formação onde saiba fazer análises e refletir sobre as temáticas geográficas e seus conflitos.

Em relação à concepção de formação de professor da geografia, busca-se formar professores críticos-reflexivos e voltados para uma cidadania plena, onde o professor se torne um transformador crítico, trabalhando com integridade os conteúdos na educação básica. Segundo Cavalcanti (2012) um professor crítico-reflexivo é aquele profissional que tem competência de pensar sua prática com qualidade, crítica e autonomia. Diante disso, segundo Braga (2013, p. 431),

pensar numa formação de professores de Geografia voltada para uma cidadania ativa, requer acima de tudo optar por uma postura ideológica mais democrática e solidária, da qual o professor se sinta seguro e consciente de seu papel e trabalho numa comunidade escolar.

Brito, Sena e Rocha (2011) destacam que, o professor de geografia tem a função de transmitir o conhecimento científico para o aluno da maneira mais didática possível, fazendo com que os estudantes entendam e questionem sobre os problemas da realidade. A partir dessa concepção de professor, o ensino da geografia vai além de transmissão de conteúdo, pois os conceitos e conteúdos da geografia deverá ser passada de forma reflexiva, fazendo com o estudante faça uma análise crítica da realidade, e essa transmissão de conhecimento deve ocorrer de forma coletiva, havendo a interação do docente com o estudante.

Portanto, o professor crítico-reflexivo é apontado como meio pela qual o profissional docente, a partir de sua prática, torne-se um agente transformador tanto na comunidade escolar quanto na sociedade. De acordo com Pontuschka (1996 apud BORGES et al., 2008), “os professores de Geografia, por trabalharem com noções de tempo e espaço, com a história das sociedades e da natureza, têm um importante papel na contribuição para a formação da cidadania de seus alunos.” Com isso, é necessário formar professores de Geografia crítico-reflexivo, pois para que esses futuros professores de Geografia saibam abordar sobre a formação cidadão em sala de aula, os mesmos, precisam ter um pensamento crítico para assim compreender as transformações que vem ocorrem na sociedade, refletindo sobre as transformações e dinâmicas no mundo moderno, procurando solucionar as problemáticas existentes, com discussões e debates, junto com os seus estudantes. Buscando formar jovens para um projeto social, tanto em escala local quanto em

escala global, com isso é imprescindível que o futuro professor de geografia desenvolva o estudante cidadão geograficamente competente, como ressalta Braga (2013), isto é que esses estudantes utilizem os conhecimentos espaciais com o intuito de consolidar projetos em prol da sociedade. A autora acrescenta dizendo que “a geografia que se ensina tem que ser a geografia que se pratica.”

Entretanto, cabe aos professores de geografia a tarefa de instigar o estudante pela busca do conhecimento, selecionando as informações que recebe e conceituando essas informações geograficamente. Diante das mudanças que vem ocorrendo no mundo globalizado, mudando as relações de trabalho, a noção de espaço e tempo, a geografia é uma disciplina que tem como função descobrir e desvendar o mundo através de métodos e investigações e análises contribuindo para a formação cidadã. Pois, a geografia é um importante recurso para que se entenda o mundo em que se vive, compreendendo as mudanças e transformações da sociedade e da natureza. Segundo Carneiro e Nogueira (2008, p. 94),

Contribuir à formação da consciência espacial-cidadã, de fato, é dar condições para que os escolares, em contato com os objetos da Geografia, possam viver e fazer a própria história de sujeitos em formação, com a necessária mediação docente – pois a construção de um saber-mundo e fazer-mundo dá-se na dialogia, na troca compartilhada e comprometida de saberes, por professores, alunos e outros sujeitos.

À vista disso, é papel do professor de Geografia ter domínio sobre os conhecimentos específicos e que saiba mediar em sala de aula sobre essas temáticas, formando assim um cidadão participativo, que tenha conhecimento dos seus direitos e deveres na sociedade. Educar os estudantes para a participação cidadã requer esforço dos profissionais da educação, principalmente o professor de Geografia, por ter a função de transmitir o conhecimento para seus estudantes de uma forma que eles compreendam as dinâmicas do meio em que vivem.

4 A ESCOLA COMO ESPAÇO PARA FORMAÇÃO CIDADÃ

Na sociedade do século XXI, as mudanças ocorrem rapidamente, sociedade esta com modelo capitalista que corrobora com a exclusão que caracteriza a desigualdade, discriminação e a violência, vai-se perdendo o valor da ética e da empatia com o próximo, a intolerância é instalada no meio virtual e social, para Bauman (2001), esta realidade é conceituada de sociedade líquida. A vida contemporânea, segundo o Bauman (2004), se assemelha a isso, pela sua fluidez e sua vulnerabilidade, reforçando o estado temporário das relações sociais e dos laços humanos. Vive-se em uma sociedade que emergem a individualidade e a efemeridade, com isso, o sujeito vai perdendo a percepção de coletividade vai deixando de lado a interação entre grupos e o trabalho em equipe. A grande questão é que vai se perdendo o interesse de ser cidadão, em agir para a sociedade, saber seus direitos, deveres e garanti-los, compreendendo a natureza e o fundamento dos mesmos.

Em vista disso, o cidadão hoje pode ser visto como apenas um consumidor, deixando de lado sua função social, entretanto, a educação vem resgatar e fortalecer o exercício da cidadania, pois ela é um dos principais instrumentos da formação cidadã. A educação por sua vez, está voltada para a construção de uma cidadania ativa, onde esses indivíduos participem das decisões políticas. Segundo Ribeiro (2002, p. 115), “A educação é um bem que deve estar acessível a todos os indivíduos, de modo a tornar possíveis as condições para o exercício de uma efetiva cidadania.” Diante disso, a educação formal é essencial para a formação do cidadão, pois é a partir dela que os indivíduos terão conhecimento do que é ser cidadão e como exercer sua cidadania.

Segundo Martins (2008), a educação é um instrumento social básico, diante disso, possibilitando para esse educando o deslocamento da marginalidade para a materialidade da cidadania. Martins (2008, p. 50) complementa que educar é compreender que os “direitos humanos e cidadania significam prática de vida em todas as instâncias de convívio social dos indivíduos [...]”. Com isso, a educação para a cidadania promove uma formação que proporciona a compreensão do espaço vivido, a tolerância, à solidariedade e o respeito à diversidade social e cultural (OLIVEIRA; THOMAZ, 2009). Vale acrescentar, que a educação, de acordo com Zambam (2006), é compreendida como um processo de amadurecimento das

relações pessoais, sociais, econômicas, políticas, culturais, caracterizando a condição de agente como um importante qualificativo de participação social.

Fazendo referência à escola, ela é um espaço fundamental para a formação cidadã. Diante disso, a escola é um reflexo da sociedade, e o seu papel é formar jovens capazes de construir conhecimentos, valores e atitudes que o tornem um cidadão solidário, crítico, ético e participativo, formando bases para a atuação futura na sociedade. Segundo Zwetsch (2015, p.1537), “[...] o mesmo necessita estar disposto e buscar subsídios para complementar o seu pensamento, para somente assim desenvolver a sua cidadania, iniciar a construção da mesma”.

Diante do exposto, a escola apresenta um papel importante nesse processo, pois esta instituição proporciona o acesso ao conhecimento intelectual do estudante, além de proporcionar uma formação para a cidadania, formando indivíduos que não seja apenas cidadãos de papel, mas que saibam seu papel na sociedade, buscando para o futuro uma sociedade mais justa e igualitária. Além de prepará-los para o mercado de trabalho. Isto é notável no artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2015).

Ainda assim, cabe à escola uma formação cultural e científica para a vida dos estudantes, tanto pessoal, profissional e cultural, orientando os estudantes a respeitar o próximo, conviver com as diferenças, pensar no coletivo, ter contato com os seus direitos e deveres, e ter objetivos para um futuro em coletividade, e também cabe aos professores propiciar as informações a respeito da cidadania.

Desse modo, para Carneiro e Nogueira (2008, p. 88), “Para tal cidadania constituir-se socialmente, mais que necessidade formativa na escola, deverá ser uma experiência socioindividual vivenciada na e com a escola.” Por essa razão, é fundamental o papel da escola na formação cidadã, pois é nesse local que o estudante da educação básica irá aprender e vivenciar a cidadania. De acordo com Cavalcanti (2008, p.87) “a escola pode organizar ações para a formação da cidadania democrática, ativa, com direitos amplos criados e recriados num processo histórico, social, econômico, cultural.” A escola possui um papel fundamental na formação da consciência cidadã do estudante, mas, a escola não é a única instância

de formação cidadã e concepções e práticas da cidade. Vesentini (2009, p. 16) acrescenta que a escola

não é apenas uma instituição indispensável para a produção do sistema. Ela é também um instrumento de libertação. Ela contribui [...] para aprimorar ou expandir a cidadania, para desenvolver o raciocínio, a criatividade e o pensamento crítico das pessoas, sem os quais não se constrói qualquer projeto de libertação, individual ou coletivo.

Diante disso, a educação sozinha não consegue avanços consideráveis, segundo Albuquerque (2016), é necessário que a escola tenha um contexto multifatorial, entretanto a escola tem a função de dar o passo inicial, orientando o estudante a respeitar o próximo, conviver com a diversidade, pensar no coletivo, ter conhecimento dos seus direitos e deveres na sociedade. Cruz (2015, p. 98) acrescenta que “a escola, não somente ela, possui um papel estruturador, pois é neste ambiente de educação formal que os indivíduos em idade de escolarização obrigatória receberão a devida formação para o exercício da sua cidadania”.

As ações realizadas no cotidiano, as práticas de organização e gestão da cidade, também são formadores de cidadania. Um exemplo de exercício da cidadania é a luta pelo direito à cidade. Em outras palavras, segundo Cavalcanti (2008, p.82), “o indivíduo torna-se cidadão com a contribuição de várias instâncias, destacando-se a escola”. Então, é importante enfatizar que a escola tem esse destaque em formar cidadãos, pois ela desenvolve uma prática educativa em um período contínuo na vida dos indivíduos. Além de ser reconhecida pela sociedade como um meio de aprendizagem e um espaço onde haverá a troca de conhecimentos e um contato com diversas culturas, conhecendo também que a formação da cidadania está interligada a percepção de democracia e direitos humanos (ALBUQUERQUE, 2016). Com isso, Cavalcanti (2008) ressalta ainda que o objetivo da escola sobre formação de cidadania é de responsabilidade de toda a escola, mas cabe à Geografia conceituar essa temática. Para mais, Albuquerque (2016, p. 7) corrobora afirmando que:

o principal determinante para desenvolver a cidadania é promover o nível de consciência e de conhecimento que o educando tem de seus direitos e deveres, além de uma vivência cidadã que se efetiva no campo individual, mas, principalmente, enquanto sujeito coletivo.

Para tanto, o ensino é uma construção social, pois tanto o estudante quanto o professor, são sociais. Sendo assim, o profissional docente não deve se prender somente ao conteúdo, mas também, buscar abordar em sala de aula questões atuais e da realidade do discente, ou seja, fazendo a leitura do mundo, fazendo com que os discentes se interessem pela leitura e compreensão da realidade social.

Para tanto, um dos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), do ensino fundamental II, é que os estudantes sejam capazes de:

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito (BRASIL, 1998, p.7).

O PCN deixa bem claro que o papel da escola é o de formar cidadãos ativos e participativos politicamente e socialmente, conhecedores dos seus direitos e deveres e que prezem pelo bem comum e coletividade; visando a construção de uma sociedade mais justa, solidária e equitativa. Além desse, o PCN tem outro objetivo onde esses estudantes procurem se posicionar de maneira crítica nas diversas situações sociais, buscando dialogar na mediação dos conflitos e nas decisões coletivas.

4.1 A educação geográfica e a formação para cidadania

As mudanças vêm ocorrendo no mundo rapidamente e com elas as escolas e o ensino da Geografia também vêm passando por essas modificações. Nesse sentido a geografia, por ser uma ciência social, é de suma importância, pois tem como objetivo estudar o espaço, que para Callai (2001, p. 133),

o espaço construído pelo homem, a partir das relações que estes mantêm entre si e com a natureza, quer dizer, as questões da sociedade, com uma “visão espacial”, é por excelência uma disciplina formativa, capaz de instrumentalizar o aluno para que exerça de fato a sua cidadania.

É a partir disso que se discute a Geografia como componente que contribui para a formação cidadã, formando um indivíduo que reconheça as dinâmicas do mundo que vive, além de se compreender como indivíduo social.

A formação cidadã não foca apenas em ensinar conteúdos e temas ligados ao Estado, Política, Democracia, Regimes de governos, entre outros; ela busca também formar cidadãos que conheçam a sua realidade, que atuem em sua vida pública e

tenham conhecimento de como transformar o espaço vivido, através disso o indivíduo fará uma leitura de mundo e terá uma visão crítica de sua realidade, sabendo se posicionar politicamente em sociedade (CRUZ, 2015). Implica, também, instruir os indivíduos sobre a cidadania, desenvolve as competências e atitudes dos mesmos para viver em sociedade, preparando para o exercício pleno da cidadania. Com isso, a formação cidadã tem o compromisso de formar estudantes/cidadãos democráticos, críticos, ativos, sociais e políticos.

A educação geográfica, por sua vez, procura analisar e compreender os princípios e as metodologias mais adequadas ao processo de ensino e aprendizagem para o saber geográfico, diante disso ela seleciona e estrutura os conteúdos da geografia, selecionando as competências e os valores, onde os estudantes possam se desenvolver adequadamente. Quando ela é incrementada nas escolas básicas desempenha um papel central no processo tendente ao desenvolvimento pelos estudantes da capacidade de pensarem criticamente, de enunciar e de resolver problemas, ferramentas indispensáveis para compreenderem o mundo.

Diante disso, a educação geográfica é mais do que ensinar e aprender a geografia, é também quando o sujeito pode construir as bases e se inserir no mundo em que vive, compreendendo suas dinâmicas através do entendimento de espacialidade (CALLAI, 2011). A mesma autora reforça afirmando que o significado da educação geográfica,

é transpor a linha de simplesmente obter informações para realização de aprendizagens significativas envolvendo/utilizando os instrumentos para fazer a análise geográfica. Considera-se, portanto que entender a sociedade a partir da espacialização dos seus fenômenos pode ser uma contribuição para a construção da cidadania (CALLAI, 2011, p. 2).

Assim sendo, ela apoiará os estudantes a conhecerem e a compreenderem os fenômenos vivenciados, formando uma consciência espacial desses fenômenos. A educação geográfica entende o sujeito como agenciador, pois ao ler o mundo, ele poderá projetar um mundo (CARNEIRO; NOGUEIRA, 2008). Carneiro e Nogueira (2008, p. 92) acrescentam que “A educação geográfica que se busca é comprometida com a formação da cidadania responsável com o planeta e o espaço social habitado pelos sujeitos-alunos”. Em síntese, é uma visão em torno do modo dos sujeitos pensarem e agirem no espaço, conhecendo a si próprio e sua relação

com o mundo e com o próximo. Parafraseando Cavalcanti (2008), para que os estudantes compreendam o espaço vivido, é necessário que aprendam a olhar o espaço num contexto mais global, tendo em vista que o discente deve ter uma referência geral para compreender o local, fazendo uma análise crítica do lugar. Com isso, o saber geográfico é fundamental para a formação integral dos indivíduos.

Diante do exposto, um dos objetivos da Geografia, conforme Vesentini (2009, p. 72), é “conhecer o mundo, os demais países, continentes e mercados regionais, e até mesmo os nossos problemas e potenciais – tanto do município como do país como um todo, passando pelas demais escalas geográficas intermediárias”. Com isso, a Geografia escolar assume um papel importante na formação da consciência espacial-cidadã, onde os indivíduos aprendem a ser solidário, a conviver e a respeitar povos de outras etnias e culturas, tornando-se assim, seres pensantes. Vale, para reforçar, transcrever as palavras de Cavalcanti (2008, p. 81),

O ensino da Geografia contribui para a formação da cidadania por meio da prática de construção e reconstrução de conhecimentos, habilidades, valores que ampliam a capacidade de crianças e jovens compreenderem o mundo em que vivem e atuam, numa escola organizada como um espaço aberto e vivo de culturas.

O estudo da Geografia possibilita aos estudantes entenderem a relação da sociedade com a natureza, além de compreender suas ações, tanto individuais quanto coletivas, o porquê delas e como acontecem. De acordo com o PCN do ensino fundamental 2, o estudo da Geografia “permite também que adquiram conhecimentos para compreender as atuais redefinições do conceito de nação no mundo em que vivem e perceber a relevância de uma atitude de solidariedade e de comprometimento com o destino das futuras gerações.” Ou melhor, o estudo da Geografia tem por objetivo fazer com que esse estudante compreenda os conceitos que é passado durante a aula e consiga ter a percepção de solidariedade, começando a partir daí a formar cidadãos que tenham compromisso com as futuras gerações.

Um dos objetivos da Geografia escolar para o ensino fundamental presente nos PCN consiste em mostrar que:

Desde as primeiras etapas da escolaridade, o ensino da Geografia pode e deve ter como objetivo mostrar ao aluno que cidadania é também o sentimento de pertencer a uma realidade em que as relações entre a sociedade e a natureza formam um todo

responsável e comprometido historicamente com os valores humanísticos (BRASIL, 1998 p.29).

Conforme Cavalcanti (2003, p. 194), “Um projeto de ensino de Geografia, [...] tem o compromisso de efetivar as reais possibilidades de ela contribuir para a formação dos cidadãos voltados para uma vida participativa em seu espaço, em sua cidade”. Logo, a Geografia tem por objetivo estudar o espaço, já que este estuda o social, cultural, político e o físico, abordando suas transformações no meio, onde os processos sociais se desenvolvem. De acordo com Cruz (2015, p. 105),

o espaço geográfico deve ser entendido como local de morada do sujeito situado, onde se vê, sente, percebe, confronta, desestrutura, provoca, afeta o lugar onde vive; ambiente em constante transformação pelo ser humano, o qual realiza as mudanças segundo seus interesses.

Com isso, a Geografia, de acordo com Borges *et al.* (2008, p. 6), “tem fundamental importância para contribuir com a visão de como a educação deve assumir a formação do cidadão.” Portanto, além de expor os conceitos significativos da Geografia proporcionando aos alunos uma base para o exercício da cidadania, é necessário relacionar a realidade dos mesmos com o conteúdo, assim, ele poderá compreender melhor a dinâmica do espaço geográfico, além de fazer pensar criticamente. Em vista disso, Cavalcanti (2002, p. 19), “O espaço geográfico não é apenas uma categoria teórica que serve para pensar e analisar cientificamente a realidade; ele é essa categoria justamente porque é algo vivido por nós e resultante de nossas ações”.

Em vista disso, o ensino da Geografia deve ter compromisso com a formação cidadã, pois a educação geográfica tem como possibilidade o desenvolvimento da realidade de vida, promovida pela visão de mundo e das relações dos indivíduos com o mundo (CRUZ, 2015). Nesse caso, a geografia voltada para formação cidadã fornece ao estudante os conhecimentos conceituais, onde necessitam de uma base teórica, de denominado conceito, que é um instrumento do conhecimento, os conteúdos procedimentais, são quando colocam-se em prática o conhecimento que é adquirido durante a aula, e por fim, e não menos importante, os conteúdos atitudinais, que é a vivência com as pessoas, esses conhecimentos são os pilares da educação para o exercício da cidadania, resultando numa contribuição de uma consciência cidadã.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, no ensino médio, o objetivo principal da ciência geográfica, é a contribuição para entender o mundo atualmente, as transformações e apropriação feita pelo homem, visto que é por meio da organização do espaço que são construídos, historicamente, os valores sociais e culturais, além de dar sentido aos arranjos econômicos.

Com isso, os estudantes do ensino médio devem construir competências que permitam analisar o espaço geográfico, compreendendo as causas e os efeitos da realidade desses fenômenos da atualidade. Diante disso, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, devido ao avanço da tecnologia, da revolução na informação e na comunicação, e nas relações de trabalho, a ciência geográfica será:

[...] importante fonte para sua formação como cidadão que trabalha com novas ideias e interpretações em escalas onde o local e o global definem-se numa verdadeira rede que comunica pessoas, funções, palavras, ideias. Assim compreendida, a Geografia pode transformar possibilidades em potencialidades (re)construindo o cidadão brasileiro (BRASIL, 2000, p.31).

Sendo assim, os estudantes do século XXI vão adquirindo novas interpretações de mundo, onde devido à velocidade das informações e transformações presentes, ele poderá estabelecer comparações, identificar os problemas e desafios do nível local ao global. Diante do exposto, a geografia ajuda o estudante a receberem criticamente as informações que são repassadas pelos meios de comunicação, fazendo uma análise crítica do espaço geográfico. Diante do exposto, é necessário dar base à discussão a cerca do ser cidadão, trazendo as principais correntes teóricas sobre o entendimento de cidadão e de cidadania.

5 O ENTENDIMENTO DE CIDADÃO E DE CIDADANIA

Nesse capítulo se faz necessário ressaltar a respeito da história da cidadania e da condição de cidadão até os dias atuais. Essa temática remota à Antiguidade Clássica, os primeiros pensadores sobre a definição de cidadania se inspiraram no mundo Greco-romano, Guarinello (2012, p. 29) afirma que a realidade desse mundo conhecia

por intermédio dos clássicos transmitidos pela tradição manuscrita do Ocidente: a ideia de democracia, de participação popular nos destinos da coletividade, de soberania do povo, de liberdade do indivíduo.

Em Atenas Clássica, para ser cidadão ateniense não era apenas nascer em Atenas, mas para ser considerado um cidadão teria que ser homem adulto e terem pais nascidos na Atenas Clássica, os excluídos da democracia eram as mulheres, escravos, estrangeiros e jovens, sendo caracterizadas como uma cidadania restrita.

Esses cidadãos tinham o direito de participar das Assembleias e das ágoras, onde se uniam para resolver questões referentes à cidade. E para ser considerado um bom cidadão, o homem deveria ser comprometido em ocupar funções administrativas, também era preciso ser um cidadão guerreiro, podendo participar das guerras.

Já na Roma Antiga, a ideia de cidadania e cidadão é diferente da Grécia Antiga. De acordo com Funari (2012, p. 49) “Cidadania é uma abstração derivada da junção dos cidadãos e, para os romanos, cidadania, cidade e Estado constituem um único conceito – e só pode haver esse coletivo se houver, antes, cidadãos”. Um bom cidadão romano tinha que ser proprietário que cultiva a terra, agricultor e soldado. Com a implementação da República, Roma foi controlada pela aristocracia de proprietários de terras, surgindo disso, a valorização do camponês e o como ele vivia.

No início da formação da República, no início do século VI a.C., Roma foi controlada por uma aristocracia de proprietários fundiários cuja principal fonte de riqueza era proveniente da exploração da terra. A implantação da República significou vitória desta aristocracia conservadora no poder, contra os traços urbanos herdados da monarquia etrusca. Por isso, a valorização do camponês e seu estilo de vida (CRUZ, 2015, p. 70).

Além disso, segundo Cruz (2015, p.70), “o serviço militar estava relacionado com a vida política [...]”, pois os cidadãos que eram soldados submetidos à

disciplina. A população era dividida entre *cives* (cidadão) e os *peregrini* (peregrinos), e a condição de cidadão romano era um privilégio, mais do que na Grécia Antiga. Somente com a Guerra Social de 90-88 a.C. que a população livre da Itália recebeu a cidadania. Para mais, segundo Corassini (2006, p. 277), “No Império, em 212 d.C., o imperador Caracala, com a chamada “constituição antoniniana”, concedeu a cidadania a todos os habitantes livres do império: ser *civis romano* a essa altura deixou então de ser um status privilegiado”. Nesse sentido, a condição de cidadão deixa de ser um privilégio legal e fiscal importante e passa a ser um direito e com isso o cidadão tem a obrigação de seguir as práticas legais do direito romano.

O entendimento de cidadão e sua cidadania instauram-se na modernidade, com a Revolução Francesa, Americana e Inglesa. Esses movimentos, com participação de uma pequena parcela da população, romperam com o poder dos absolutistas. E foi a partir dessas revoluções que ocorreu o fortalecimento do Estado, garantindo a população o direito a defesa da vida, a integridade e a propriedade de seus membros. Dois documentos merecem destaques durante esses movimentos revolucionários, a Declaração de Direitos de Virgínia, datada de 1776, essa declaração é de direitos estadunidense, que se inscreve no contexto da luta pela independência dos Estados Unidos da América, foi o primeiro a manifestar os princípios democráticos, direitos inerentes a todo o ser humano. O segundo documento é a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, datada de 26 de agosto de 1789, documento culminante da Revolução Francesa, definindo os direitos individuais e coletivos do homem e do cidadão. Essas duas declarações foram os primeiros documentos, a publicar a liberdade e os direitos do homem. Teve como resultado o atual conceito de cidadania e na fundação das bases do Estado.

A cidadania seria composta dos direitos da primeira geração, os direitos civis conquistados no século XVIII que correspondem aos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, o direito à vida, segurança, etc. e os direitos da segunda geração, os direitos sociais foram conquistados no século XX a partir das lutas sindicais e movimentos operários, direitos esses que são ao trabalho, saúde, educação, aposentadoria, ou seja, a garantia de acesso aos meios de vida e bem-estar social (VIEIRA, 2004).

Após esse levantamento histórico sobre a cidadania e os direitos do cidadão, é necessário ressaltar sobre o que é cidadão e o que é cidadania nos dias atuais. Atualmente para ser um cidadão, é preciso ter o reconhecimento da integração do

indivíduo na comunidade política, ter acesso à decisão política, ser um homem político. Ele tem direito de eleger seu representante, mas também de participar diretamente na condução dos negócios da cidade (VIEIRA, 2004). Na teoria constitucional moderna, para ser considerado cidadão é quando o indivíduo tem vínculo com o Estado, portador de direitos e deveres, para complementar o que é cidadão, Benevides (1994, p. 7) traz que “cidadão são, em tese, livres e iguais perante a lei, porém súditos do Estado”. A participação direta do cidadão no exercício do poder político confirma a soberania popular, isso é uma característica elementar da democracia.

Diante do exposto, o conceito de cidadania definiu-se como um conjunto de direitos e deveres pelo qual o cidadão contribui por uma sociedade mais justa e equilibrada (BONAVIDES, 2000), um dos pressupostos da cidadania é a nacionalidade, onde o exercício do indivíduo é ter consciência de seus direitos e obrigações, que estão definidos na Constituição do Brasil, garantindo que estes sejam colocados em prática. Em vista disso, para Benevides (1994, p. 9), “[...] a cidadania ativa, na qual o cidadão portador dos direitos e deveres, é essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política”. Diante disso, o papel do cidadão é realizar tarefas para seu bem e também para o maior desenvolvimento da comunidade onde vive. Para que o cidadão exerça seu papel, é necessário que ele tenha conhecimento de sua cidade, compreender profundamente, entender sua dinâmica e seus símbolos, sendo assim ele poderá lutar por seus direitos cívicos e sociais, além de cumprir seus deveres (CAVALCANTI, 2008).

A cidadania, para Santos (2012, p. 19), “é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância”. Santos (2012) acrescenta que a cidadania se aprende, é assim que ele vem enraizado na cultura.

Mas no Brasil, sendo ele um país tardio e periférico, o cidadão pleno não existiu de fato. Por sua vez, um cidadão brasileiro não é quem se sente livre e igual, mas sim o que se encaixa a força da hierarquia que está imposta (CARVALHO, 1998). Ou seja, o cidadão no Brasil se submete como súditos da ação do Estado e não como sujeito da ação. Segundo Oliveira (2009, p. 2) no que diz respeito à relação da população brasileira com o Estado,

[...] de um lado, a expectativa de que o Estado atenda aos reclames em torno de problemas elementares, atitude de quem se julga incapaz de influenciar e de exigir o cumprimento de seus direitos, e de outro, é o medo de, ao tomar uma posição como cidadão em defesa de direitos elementares, ser punido ou arrumar problemas para si mesmo, tendo que se envolver com a polícia e a justiça.

O dia a dia da sociedade brasileira é coberta de violência, impunidades, corrupção, injustiças, falta de ética, intolerância, desigualdade social e muita fome, esses problemáticas precisam ser resolvidas com urgência, porém na medida em que os anos se passam esses temas vão crescendo cada vez mais na sociedade e a perda dos direitos, previstos na atual Constituição (BRASIL, 1988), está distante da realidade brasileira. O cidadão brasileiro na realidade vive em uma cidadania de papel, onde só existe nas leis, mas na prática é bem diferente.

Na constituição Federal do Brasil de 1988, no artigo 6º, os direitos sociais do cidadão, são: direito a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Esses são os direitos mínimos de uma vida digna de um cidadão, porém muitos brasileiros sofrem por falta desse direito. Mas, com a instalação do capitalismo corporativo e a instrumentalização das relações interpessoais, o consumo vai tomando conta do indivíduo, como ressalta Santos (2012, p. 23) “[...] a vitória do consumo como fim em si mesmo, a supressão da vida comunitária baseada na solidariedade social e sua superposição por sociedades competitivas que comandam a busca de status e não mais de valores”. Nessa sociedade corporativa o que reina é o mercado, o consumo, a propaganda, vai-se perdendo os valores e vem crescente uma cultura fabricada. Para muitos países de Terceiro mundo, segundo o mesmo autor,

[...] o empobrecimento da imoralidade internacional atribuiu aos imperativos do progresso a presença de regimes fortes, as distorções na vida econômica e social, a supressão do debate sobre os direitos dos cidadãos, mesmo em suas formas mais brandas (SANTOS, 2012, p. 24).

Perante o exposto, o cidadão do século XXI formou-se consumidor, aceitando ser chamado por usuário dos produtos e serviços de grandes empresas, se formando um consumidor insatisfeito. Para que volte a se falar sobre cidadania ativa, onde os cidadãos deixem de ser considerados apenas consumidores, mas sim um cidadão pleno, o indivíduo tem que participar ativamente das ações em prol da

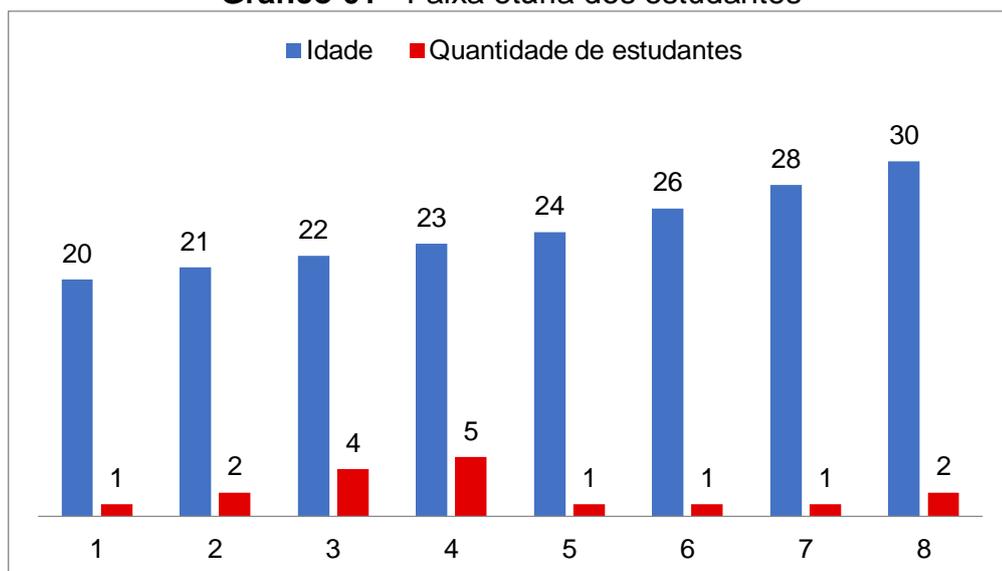
sociedade. Sendo um cidadão ciente de suas práticas, seus direitos e deveres, começando a ser um cidadão crítico na sociedade, buscando saber pensar sobre os fatos da realidade política do país, formando sua opinião a respeito de algo e podendo expô-la. Ser um cidadão, por sua vez, é ter participação ativa na sociedade, é reclamar quando houver algo errado, é ter acesso à educação e à saúde de qualidade, é ver garantidos o seu direito.

Para isso, um cidadão participativo, crítico, democrático e solidário necessariamente deve não apenas saber dos seus direitos e deveres, mas sim pôr em prática, compreendendo suas dinâmicas, a gênese e a estrutura, lutando pelos seus direitos como cidadão. Além de ter um pensamento crítico da realidade política, buscando entender os problemas do seu bairro e como solucioná-los, para isso, é necessário que o cidadão tenha um pensamento crítico sobre sua cidade, sempre fazendo questionamentos sobre os problemas. Mas, para que se forme um cidadão crítico, participativo, democrático e solidário, é essencial que esses membros de uma comunidade política tenham uma noção mínima do funcionamento do Estado e como é sua atuação no território. Oliveira e Thomaz (2009, p. 10) afirmam que o primeiro passo para formar um “[...] cidadão participativo, consciente de seu papel na sociedade, é fazê-lo um cidadão cívico, que respeite sua pátria e seja respeitado, que entenda o verdadeiro sentido de ser cidadão”. Sem essa formação política teremos uma cidadania manipulada pela falta de entendimento sobre como se organiza seu território politicamente e administrativamente. Por isso, é importante uma formação cidadã dessa nova geração para desempenhar o seu papel social, conseqüentemente se consolidará um cidadão mais completo e consciente das suas ações na sociedade, formando um cidadão mais crítico, democrático e solidário, assim teremos uma sociedade mais justa. Desta maneira, no capítulo 6, traremos a discussão sobre a concepção dos concluintes do curso de Licenciatura em Geografia da UFPE a respeito dos meios de atuação e ferramentas para o exercício da cidadania e o papel da geografia escolar para a formação cidadã.

6 O OLHAR DO FUTURO PROFESSOR DE GEOGRAFIA DA UFPE SOBRE O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Esse capítulo tem por objetivo detalhar e organizar os dados coletados no transcorrer da pesquisa. Para elaboração do trabalho foi necessário à aplicação de um questionário com os 20 concluintes do curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – *Campus* Recife, a aplicação desse questionário, primeiramente, se deu, na divulgação via e-mail e por redes sociais, apenas 4 responderam por esse meio e 16 responderam em sala de aula, sendo realizado no dia 25 de outubro de 2018, NIATE – CFCH - UFPE, na sala 308. O perfil desses graduandos são todos adultos, entre 20 a 30 anos de idade, como é possível analisar no gráfico 1. Fez-se uma pergunta sobre se eles tinham alguma outra formação, 13 estudantes dizem não ter outra formação técnica ou superior, os outros 7 tem formação concluída em nível superior e técnico. Ao longo do capítulo foi identificado que os futuros professores, que já estão em exercício, se preocupam ou não com a formação do estudante-cidadão e se são capazes de compreender a realidade política e construir de construir uma sociedade mais justa. Se a Geografia escolar se apropria do conceito de Estado, quais disciplinas contribuem para a formação cidadã do discente de Licenciatura em Geografia, quais os meios de atuação e ferramentas utilizadas por eles para exercer sua cidadania e qual o seu nível de interesse por temas políticos.

Gráfico 01 - Faixa etária dos estudantes



Fonte: A autora, (2018)

Na questão 1, quando questionados sobre o que é ser cidadão, os estudantes apresentaram um bom nível de conhecimento sobre o conceito, exemplificando atitudes cidadãs. Como podemos analisar nas respostas abaixo.

Cidadão é aquela pessoa que possui determinados direitos, como moradia, educação, saúde e segurança, mas que ao mesmo tempo precisa cumprir deveres como respeitar as pessoas, o meio ambiente, ajudar a manter uma certa ordem na sociedade onde vive, com respeito ao próximo em qualquer circunstância. E assim cobrar quando necessário se algum ou alguns de seus direitos estiverem sendo violados de alguma forma (ESTUDANTE 1)

Ter noção de direitos e deveres. Ser capaz de atuar como um agente ativo na sociedade (ESTUDANTE 4)

É saber quem somos enquanto seres indivíduos e em sociedade. É participar de uma sociedade de que permita a sua existência e diferença para que a igualdade seja respeitada (ESTUDANTE 7)

É cumprir com as obrigações sociais, ex: votar, exercer a democracia, não jogar lixo no chão, respeitar a opinião alheia etc (ESTUDANTE 8)

Através das análises feitas das respostas desses dos estudantes 1, 4, 7 e 8, constatou-se que ser cidadão é conhecer e colocar em prática seus direitos e deveres para mais, ser cidadão, de acordo com o entendimento dos estudantes pesquisados, é cumprir suas obrigações de cidadão, que é votar, ser um indivíduo ativo, é saber respeitar as diferenças e o meio ambiente e que viva em sociedade. Segundo Cavalcanti (2008, p. 85) “[...] defende-se a ideia de que o cidadão é aquele que exerce seu direito a ter direitos, ativa e democraticamente, o que significa exercer seu direito de, inclusive, criar novos direitos e ampliar outros.” Diante disso, para ser um cidadão é necessário que o mesmo cumpra tarefas para seu bem e para o bem do coletivo.

Analisando outras respostas sobre a mesma questão, as respostas dos discentes foram as seguintes:

Honesto, participante das questões políticas de onde você mora e vive, integrante do seu entorno de forma que transforme (ESTUDANTE 10)

Exercer seus direitos, lutar para ampliá-los, participar dos processos políticos da sua cidade, saber e cumprir seus deveres (ESTUDANTE 12)

Ser um agente ativo na sociedade e participar efetivamente das questões que envolvem a cidade (ESTUDANTE 14)

Diante dessas 3 respostas acima, pode-se analisar que a concepção de uma parte desses estudantes sobre o significado de ser cidadão é ser honesto e capaz de participar ativamente das questões políticas, lutando para ampliar os seus direitos, e também que estão por dentro do que está acontecendo em sua cidade, assuntos políticos, sociais e econômicos. Segundo Cruz (2015, p. 64) “cidadão é o reconhecimento oficial da integração do indivíduo na comunidade política que desde as origens da era moderna, adquire a forma de Estado nacional de direito”. Para eles, cidadão é ser um cidadão ativo e participativo nas esferas políticas e sociais.

É importante analisar também essas respostas abaixo, pois eles abordam outra vertente quando diz respeito ao cidadão, sendo elas:

Exercer direitos, deveres, agir em favor da coletividade (ESTUDANTE 16)

É pensar o seu espaço, atuar de forma comunitário, é ser empático e ter força para construir uma sociedade mais justa e saudável para todos (ESTUDANTE 19)

Cumprir com os deveres impostos pela lei buscando o bem coletivo de todos (ESTUDANTE 20)

Nesse caso, as 3 respostas continuam afirmando que ser cidadão é exercer direitos e deveres, mas traz outra vertente, que é a questão da coletividade, o bem de todos, trazendo assim um cidadão que pensa na coletividade, na sociedade. Por último, essas respostas abordam que ser cidadão é refletir e a partir de suas ações, construir uma sociedade melhor, ou seja, justa para todos. Assim sendo, a cidadania é a relação do cidadão com a comunidade política. O termo cidadania está associado à vida em sociedade, podendo ser definido como um conjunto de direitos e deveres pelo qual o cidadão contribui para uma sociedade mais justa e equilibrada. Portanto, esses estudantes tem uma ótima base do que é ser cidadão.

Na questão 2, buscando atingir um dos objetivos da pesquisa, é necessário analisar sobre a concepção desses estudantes acerca da segunda pergunta do questionário que foi: Qual o papel da escola na formação de cidadãos? As respostas dos estudantes foram a seguinte:

A escola deveria justamente orientar as crianças e jovens sobre essa noção do que são os direitos e deveres para, assim, eles terem uma noção do papel que eles tem na sociedade. Sem essa orientação, não existirá para eles a noção da cidadania (ESTUDANTE 1)

Orientar os alunos a exercerem a sua cidadania, que só pode ser feita a partir do momento que os indivíduos internalizam seus direitos e deveres, e se reconheçam como agente produtores e reprodutores no espaço que estão inseridos (ESTUDANTE 2)

Fundamental. É lá onde somos indivíduos dentro da sociedade de maneira formal. Lá é lugar de aprendizagem e crescimento (ESTUDANTE 7)

É o principal elemento para a formação dos cidadãos (ESTUDANTE 10)

A escola tem como um dos seus fundamentos a transformação cidadã (ESTUDANTE 11)

Conforme as respostas, os estudantes 1, 10 e 11, afirmam que a escola é fundamental na transformação cidadã. O estudante 7, afirma também que a escola é um lugar de crescimento e aprendizagem, de acordo com Vasconcelos (2007, p. 111) “A escola é um *locus* fundamental de educação para a cidadania, de uma importância cívica fundamental”. Diante disso, para eles, a escola é um reflexo da sociedade, e o seu papel é formar jovens para uma sociedade melhor, mais humana e mais cidadã, formando bases para a atuação futura na sociedade. Dando continuidade as análises das respostas, foram as seguintes:

Apresentar as diversas formas de convívio (ESTUDANTE 12)

Um papel de contribuição nessa formação. Um auxílio junto a família nessa construção (ESTUDANTE 13)

Em consonância com as respostas acima, os discentes ressaltam a preparação da cidadania dentro da escola que requer o trabalho coletivo do corpo docente, gestão da escola, família e da comunidade, estes são responsáveis e podem contribuir para a formação cidadã, mas a construção da cidadania também é um exercício individual. Diante do exposto, na concepção deles, a escola apresenta um papel importante nesse processo, pois esta instituição proporciona o acesso ao conhecimento intelectual do estudante, além de proporcionar uma formação para a cidadania, formando indivíduos que não seja apenas cidadãos de papel, mas que saibam seu papel na sociedade, buscando para o futuro uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Dando continuidade as respostas a respeito do papel da escola para a formação cidadã dos estudantes da educação básica, as respostas foram:

A partir do momento em que a escola coloca diferentes crianças de diferentes realidades e media positivamente esse contato, estimula a cidadania (ESTUDANTE 8)

Acredito ser o papel fundamental da escola, ela tem por atribuição formar os alunos para serem cidadãos ativos e plenos, autônomos e críticos, para que construam e lutem pelo seu espaço (ESTUDANTE 16)

Transformar o ser por completo, incentivando o sendo crítico em relação sua jornada (ESTUDANTE 18)

Fazer do aluno um cidadão ativo por meio do diálogo, respeito, senso crítico, liberdade de expressão, etc (ESTUDANTE 19)

Para eles, o papel da escola para a formação cidadã é a construção do indivíduo, nesse sentido, formando seres pensantes, autônomos e críticos, contribuindo para ser um cidadão ativo e pleno, instruindo esses indivíduos para ser um sujeito ativo, dessa maneira, a escola é o lugar onde há o processo de desenvolvimento do pensamento crítico-criativo dos estudantes, como explica Carneiro e Nogueira (2008, p. 87) “[...] na medida em que lhes possibilite o exercício da dúvida, da indagação, do questionamento constante na interpretação e compreensão da realidade, para melhores condições de vida no planeta [...]”. Diante disso, o aprendizado escolar é de fundamental importância para a leitura do mundo, tanto do local quanto do global.

É importante ressaltar que o estudante 8 aborda sobre o contato com a diversidade de cultura existente na sociedade. Diante disso, cabe à escola uma formação cultural e científica para a vida dos estudantes, tanto pessoal, profissional e cultural, orientando os estudantes a respeitar o próximo, conviver com as diferenças, pensar no coletivo, ter contado com os seus direitos e deveres, e ter objetivos para um futuro em coletividade, e também cabe aos professores propiciar as informações a respeito da cidadania.

Com base nas discussões da questão 3 do questionário, buscou analisar a concepção do estudantes sobre o papel da Geografia escolar para a formação de cidadãos, quais os conceitos e temas que contribuem para a formação cidadã e de que maneira elas contribuem? As respostas foram:

A geografia como matéria tem a possibilidade de apresentar elementos que não são presentes ou até mesmo não desvendado do convívio social do indivíduo. Os conceitos como paisagem, território e lugar são conceitos onde o aluno reflete entorno de sua vivência para conseguir se localizar e atrai valores sobre o espaço (ESTUDANTE 1)

A Geografia escolar tem diversos conceitos temas que servem para refletir a questão da formação cidadã, como território, espaço, lugar, etc onde a partir desses e outros conceitos podemos fazer uma reflexão sobre como as ações humanas se apropriam desses conceitos e temas, bem como as consequências dessas ações. É uma análise complexa, porém necessária (ESTUDANTE 3)

A disciplina tem tudo para essa formação, por analisar o homem em seu meio e suas relações. Por fazer com que ele se entenda como parte integrante do espaço e como sujeito ativo nele (ESTUDANTE 5)

A Geografia escolar tem conceitos que auxiliam nessa formação, entretanto não são abordados na sua integridade. Conceitos como territórios, lugar deveriam ser abordados no sentido da formação (ESTUDANTE 7)

Sim, a partir do momento em que oferece para a criança elementos físicos e sociais para compreender o mundo (ESTUDANTE 9)

De acordo com as respostas é possível observar que os estudantes citados acima tem a compreensão que a Geografia escolar contribui para a formação cidadã. Os discentes ressaltam sobre os conceitos fundamentais da Geografia como: a paisagem, o território e o lugar, sendo eles conceitos essenciais da Geografia, como aborda o discente 1, 3 e 7, faz com os estudantes da educação básica reflitam sobre sua vivência, a partir disso conseguindo se localizar e atrair valores sobre o espaço. Para mais, o estudo da Geografia possibilita aos estudantes entender a relação da sociedade com a natureza, além de compreender suas ações, tanto individuais quanto coletivas, o porquê delas e como acontecem em seu território, como eles afirmam acima. Dando seguimento as respostas, outros estudantes responderam da seguinte forma:

A geografia sem sombra de dúvidas, permite uma conexão com mundo e uma leitura da realidade como nenhuma outra ciência. Através disso, incentiva a percepção/ compreensão por meio do senso crítico, promovendo a formação do cidadão com um todo. Podemos provocar a reflexão nos alunos desde assuntos voltados para geopolítica, como para questões relacionadas ao meio ambiente (ESTUDANTE 10)

A geografia possui diversos temas que abrangem as problemáticas da sociedade. Valorizar o olhar crítico é importante para construir a formação cidadã (ESTUDANTE 11)

A geografia vem como o papel de reconhecimento do espaço vivido e de conflitos que envolvem essa realidade (ESTUDANTE 12)

Sim, pois, a geografia trabalha com aspectos sociais, culturais, políticos e isso dialoga com a vida das pessoas (ESTUDANTE 14)

Esses estudantes acima abordam que a geografia escolar incentiva o pensamento crítico e reflexivo sobre a cidade, reconhecendo o espaço vivido e participando das discussões das problemáticas presentes na sociedade, construindo seres pensantes e participativo nos assuntos político, ambiental, social e econômico de sua cidade. Diante disso, o ensino da Geografia visa mostrar ao estudante que o entendimento de cidadania é fundamental para sua formação, pois, a partir disso ele poderá ter a compreensão de pertencimento, ou seja, ele precisa entender o seu papel na sociedade, sendo um cidadão participativo e responsável com os valores humanísticos. O estudante 10 aborda que a geopolítica reflete sobre a formação cidadã, pois esse tema ajuda a compreender a realidade política e as estratégias do Estado, além das questões voltadas ao meio ambiente. Outros estudantes abordaram que:

Sim, por ser uma disciplina multifacetada se torna mais viável ao professor trabalhar questões do cotidiano e problemáticas do dia-a-dia da sociedade (ESTUDANTE 19)

De modo geral, com a Geografia é uma matéria interdisciplinar é possível agregar diversos assuntos, deste forma auxilia essa formação cidadã (ESTUDANTE 20)

A Geografia escolar, de acordo com os discentes 19 e 20, em relação aos conceitos e temas que contribuem para a formação cidadã, é citada como uma matéria interdisciplinar, onde trabalhe os conteúdos curriculares, com outras mais diversas áreas, fazendo uma ligação entre os conteúdos e matérias afins. Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007, p.166), defende que “os instrumentos teórico-metodológicos da Geografia são diferentes dos instrumentos, por exemplo, da Física e da Biologia, no entanto todos eles precisam ser apropriados pelos alunos, à luz de seu direito de cidadãos”. A ideia central do ensino da interdisciplinaridade é encontrar um complemento em comum entres esses diferentes aspectos. Diante disso, os estudantes apresentam um bom entendimento sobre o papel da Geografia escolar para a formação de cidadã.

Na questão 4, com a seguinte pergunta: A Geografia escolar se apropria do conceito de Estado em suas análises espaciais, ensinando sobre o seu funcionamento e organização? De que forma você analisa esta abordagem? Esse item busca analisar o que os licenciandos em Geografia sabem sobre como a Geografia Escolar se apropria do conceito de Estado.

Sim, a geografia escolar tem como o estado o grande modelador do estado, principalmente no 7º ano quando o assunto principal são as divisões regionais, onde se divide para apresentar a totalidade, regida por esta instituição (ESTUDANTE 1)

Abordagem desse conceito me parece mais trabalhado na perspectiva física, localizado, delimitando os limites políticos administrativos. Na perspectiva mais humana digamos assim, conhecer esse funcionamento pressupõe que os indivíduos exerçam a cidadania, ou seja, fiscalizem a administração, realizem ações de benefícios coletivo, consigam perceber de forma crítica se há ações do estado enquanto estrutura gestoras dos serviços, como por exemplo a educação, que dada a realidade de muitas escolas/alunos educação passou a ser obrigação e não o direito constitucional como conhecemos (ESTUDANTE 2)

Sim. Trabalhando em Geopolítica vemos esse conceito de maneira mais clara. O estado abarca a dominância das discussões de forma pontual e por vezes genéricas (ESTUDANTE 9)

Constatou-se que 11 dos 20 estudantes dizem que a geografia escolar se apropria do conceito de Estado, o estudante 1 afirma que esse conceito é ensinado no 7º ano do ensino fundamental, que segundo o PCN do ensino fundamental, a análise do papel do Estado, Brasil (1998, p. 67) “[...] permitirá desenvolver como as diferentes classes sociais estão representadas no poder político e o nível de poder que cada uma delas tem nas decisões de vida em sociedade”. De acordo com o estudante 2, esse conceito é trabalhado mais na questão de delimitação das divisões políticas administrativo, mas ele trabalha no sentido mais humano, entendendo o funcionamento do Estado e a organização de forma crítica e reflexiva para compreender a sociedade, propondo discussões críticas sobre a temática. Por isso, de acordo com os estudantes, é importante que o professor trabalhe esse assunto de maneira dinâmica, mostrando sua estrutura e organização do processo, fazendo com que o estudante da educação básica aprenda esse conceito. O estudante 9, aborda que o conceito de Estado é trabalhado no assunto de geopolítica, porém fazendo uma análise dessa temática de maneira mais genérica. Ainda na mesma pergunta, as respostas deles foram:

Não vejo a Geografia escolar se apropriar tanto do conceito de Estado em suas análises espaciais, ensinando sobre o seu funcionamento e organização como a Geografia que vemos na Universidade. É uma abordagem ainda muito vaga e rasa (ESTUDANTE 13)

Não tive a oportunidade de ter acesso a esses conteúdos (ESTUDANTE 14)

Não, nas escolas propriamente ditas existe uma educação muito bancária de decorar os conceitos,mas não entende-los ou critica-los (ESTUDANTE 15)

Não em sua totalidade. Ainda há brechas para uma melhor explanação do conceito de Estado. A melhor maneira seria incorporar a nossa realidade do tema (ESTUDANTE 16)

Até chega a explicar, porém não se aprofunda, em função do tempo disposto para disciplina (ESTUDANTE 17)

Em contrapartida, os outros oito estudantes abordaram que a Geografia escolar não se apropria do conceito de Estado. Fica evidente em alguns discursos que essa abordagem é trabalhada apenas citando o conceito, não havendo uma explanação dessa temática em sala de aula, como ressalta o estudante 13. Já o estudante 14 diz que não teve acesso a esse conteúdo. Já o estudante 15 faz uma crítica ao ensino nas escolas, abordando que a educação nas escolas é uma educação bancária,

A concepção “bancária”, [...] momento mesmo em que se funda num conceito mecânico, estático, especializado da consciência e em que transforma por isto mesmo, os educandos em recipientes, em quase coisas, não pode esconder sua marca necrófila. Não se deixa mover pelo ânimo de libertar tarefa comum de refazerem o mundo e de torná-la mais e mais humano (FREIRE, 1987, p. 37).

Abordando que esses conceitos são apenas decorados sem ao menos fazer uma crítica e aproximar o conteúdo com a realidade do estudante da educação básica. Essa concepção educacional corresponde a um sistema que oferece aos estudantes uma única participação, que é serem receptores de depósitos conhecimentos, e os educadores, o depositante. O estudante 17 diz que a disciplina de geografia na educação básica não tem tempo para aprofundar sobre a temática, por ter uma carga horária reduzida nas escolas.

Na questão 5, foi questionado: "Em suas aulas, você se preocupa com a formação do estudante-cidadão, capaz de ler a realidade política em sua comunidade e agirem em favor de uma sociedade mais justa?" Tem-se que levar em consideração se eles já vivenciam o âmbito escolar ou não, com isso, para obter resultados mais concretos sobre essa questão, fez-se a seguinte pergunta: Leciona ou estagia? Há quanto tempo? No que diz respeito a essa pergunta, apenas 4 estudantes disseram que estão inseridos apenas no Estágio Curricular Supervisionado. Os demais já estagiam ou lecionam em um período de meses e anos, esses já tem uma vivência do âmbito escolar e dos desafios da sala de aula.

Ou seja, todos esses estudantes já tiveram contado com a escola, já tiveram experiência em ministrar aula na educação básica. Com isso, destacaram-se as seguintes respostas:

Com certeza, embora tenha pouca experiência dando aulas, acredito piamente na necessidade da formação cidadã. Por isso, procuro me manter informada/ interada da situação política, social, econômica do país, visando incentivar o pensamento crítico dos alunos (ESTUDANTE 3)

Sim, bastante. Esse é um dos papéis do professor de geografia (ESTUDANTE 5)

Sim, é minha maior preocupação. Não adiante passar conteúdo sem despertar a análise crítica. Desde pequenos precisamos despertar essa lógica neles. Refletir e discutir esses assuntos trazer uma margem maior para uma sociedade que reflete e se aproxima da justiça (ESTUDANTE 9)

Sim, procuro ouvir ao máximo cada aluno, tentar criar uma relação de maior vínculo com eles, pois assim podemos construir uma sociedade mais comunitário e colaborativa (ESTUDANTE 10)

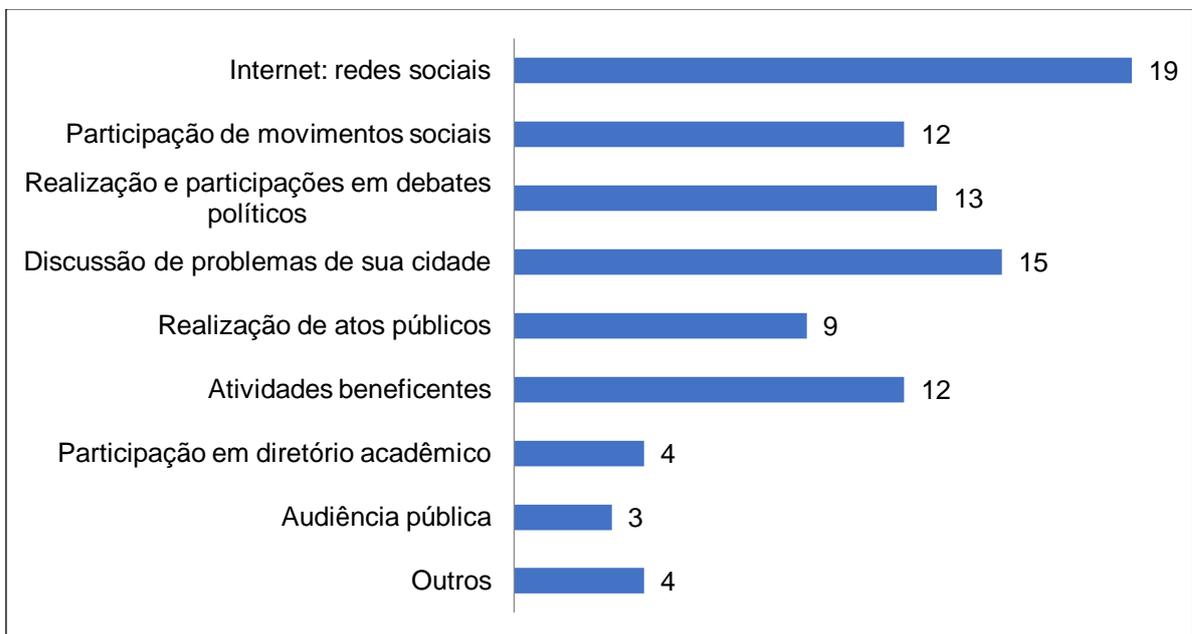
Em relação às respostas acima, eles abordam que há a preocupação com a formação do estudante-cidadão, capaz de ler a realidade política em sua comunidade e agirem em favor de uma sociedade mais justa, é papel do professor de Geografia, como ressalta o estudante 5. Em consonância disso, Sena (2014, p. 4) complementa afirmando que “No processo de desenvolvimento das habilidades cognitiva, social e emocional dos alunos, o professor deve levá-los a refletir acerca de questões condizentes com os problemas enfrentados no dia a dia”. Esse é o grande desafio do docente, é fazer com que esses estudantes valorizem o bem comum e a boa vivência, formando assim um cidadão solidário e preocupado com a comunidade, além de formar cidadãos que compreendem as problemáticas de sua cidade, aprendendo a fazer críticas e a refletir sobre a realidade política, como declara os estudantes 3, 9 e 10.

Sim. Apesar do tempo de ódio e intolerância e falta de empatia em que vivemos. Tem sido difícil, as vezes, mas não podemos nos curvar, é tudo que os facistas querem (ESTUDANTE 8)

O discente 8 ressalta sobre uma onda crescente de ódio, e da intolerância e da falta de empatia entre as pessoas, isso é muito atual em nossa sociedade, pois cada vez mais vai-se perdendo o respeito com o próximo. Nas eleições de 2018 no Brasil trouxe à tona, tanto em redes sociais quanto em conversas informais com

familiares e amigos, um discurso de ódio e a intolerância, gerando assim um conflito social que vem sendo reproduzido por pessoas, ampliando cada vez mais o pensamento antidemocrático. Diante disso, para o estudante 8, é importante que os estudantes da educação básica sejam capazes de ler a realidade política, compreendendo e criticando as problemáticas do seu país, formando cidadãos que saibam se colocar no lugar do outro, deixando de lado o ódio, a violência e a intolerância. Ele aborda também sobre a dificuldade de excluir esse discurso na escola, mas, como professores de Geografia, não podem desistir de lutar por uma sociedade mais solidária e com cidadãos mais humanos. Sendo assim, o professor de Geografia tem um papel fundamental na construção do conhecimento dos estudantes, seu papel como mediador é transformar a informação em conhecimento, trazendo para sala de aula questões da atualidade e junto com os estudantes discutir sobre a realidade política, construindo assim, estudantes com pensamento crítico.

Gráfico 02 - Ferramentas e meios de atuação para o exercício da cidadania



Fonte: A autora, (2018)

A questão 6, gráfico 2, buscou saber quais as ferramentas e meios de atuação para o exercício da cidadania, nesse caso o uso da internet: redes sociais, 19 estudantes disseram utilizar essa ferramenta. Vivemos em uma sociedade onde as redes sociais tem ganhado destaque em assuntos sobre política e o exercício da cidadania, sendo considerada uma cidadania virtual promovido pelos usuários,

buscando realizar ações políticas, sociais e culturais. É cada vez mais comum o uso dessa ferramenta para cobrar transparência do poder público, mobilizações políticas e convocar movimentos sociais. Nesses últimos anos as redes sociais estão sendo alvo de um grande debate político, principalmente em época de eleição, é nesse momento que os internautas se posicionam a respeito de algum candidato, podendo ser uma campanha contra ou a favor. A solidariedade também pode ser promovida pelas redes sociais, além de criação de projetos sociais, ajudando na divulgação. Podemos citar sobre as divulgações e organização de manifestações sociais, tendo como resultado o compartilhamento desse evento e de mobilização das pessoas. Em consonância com Gusmão (2011),

o fenômeno revela o quanto as mídias sociais se tornaram fundamentais para os consumidores cobrarem serviços, exercerem sua cidadania e demonstrarem indignação. Ponto para a democracia, que ganha uma ajuda de peso.

O segundo mais citado foi à discussão de problemas de sua cidade, 15 estudantes escolheram esse meio de atuação, identificando que os concluintes em geografia participam diretamente de discussão de sua cidade, havendo assim o envolvimento político e social dos mesmos. É importante que o cidadão esteja atento ao que acontece em sua comunidade, discutindo sobre os problemas que precisam ser solucionados, essa discussão possibilita um primeiro passo para a transformação do cotidiano de forma que cada habitante possa de fato habitar e participar plenamente do espaço onde vive (JACOBI, 1986). O terceiro mais apresentado, escolhido por 13 estudantes, foi a realização e participação em debates políticos, nesta análise podemos observar que esses estudantes buscam participar de temas políticos, tanto na universidade quanto fora dela. Esse meio de atuação é importante, pois assim o cidadão ficará a par do que está acontecendo em seu município, estado e país. Além disso, o eleitor tem uma grande oportunidade de comparar os posicionamentos dos candidatos e alcançar conclusões mais contundentes a respeito deles.

Outros meios de atuação apresentado é a participação em movimentos sociais e as atividades beneficentes, sendo escolhida por 12 estudantes, a mesma quantidade nos dois meio de atuação, em relação à participação em movimentos sociais tem como objetivo propor melhorias no funcionamento do Estado e da democracia, reivindicando transformações, esse meio é um ato do cidadão mostrar

sua insatisfação com as medidas que estão sendo tomadas pelos governantes e lutar pelo seu direito. E na maioria das vezes nesses movimentos há uma grande quantidade de jovens universitários nessas manifestações, diante do exposto, é possível analisar que 12 estudantes são cidadãos que participam desses atos. A realização de atos públicos, foi citada 9 vezes por esses estudantes, fazendo essa análise, é perceptível que esses estudantes se envolvem em assuntos políticos, fazendo o papel de um cidadão pleno, onde há a participação do mesmo em várias esferas para a cidadania. A participação em diretório acadêmico é citado apenas 4 vezes por eles, observa-se uma discreta participação estudantil no D.A. do curso de Geografia, diante disso, um estudante universitário não pode ser um componente passivo dentro de uma processo de formação, o universitário tem que ser ativo no que tange a sua formação acadêmica, Bráz *et al.* (2017, p. 8) acrescenta que o centro acadêmico é uma representação dos estudantes dentro da academia, devendo “[...] ter esse entendimento e trabalhar na perspectiva do atendimento aos direitos e cumprimentos dos deveres dos alunos, para a construção da cidadania no âmbito educacional”. No que diz respeito do meio de atuação em audiência pública, apenas 3 estudantes selecionaram esse item, a função da audiência pública, de acordo com César (2011, p. 359),

é um instrumento colocado à disposição dos órgãos públicos para, dentro de sua área de atuação, promover um diálogo com os atores sociais, com o escopo de buscar alternativas para a solução de problemas que contenham interesse público relevante.

Sem dúvidas, é um diálogo democrático, onde torna mais fácil a solução de conflitos e esclarecem dúvidas que os aflige, esse meio de atuação faz com que os órgãos públicos estão abertos a ouvir sua população. Desse modo, ainda que possamos chegar a conclusões simplistas em torno destes dados, pode-se constatar que poucos estudantes sabem que acontecem audiências públicas em sua cidade. Por fim, em relação à utilização de outros tipos de meio e ferramentas, 4 estudantes escolheram essa alternativa.

Referente à questão de número 7, cuja pergunta foi: "Que disciplinas do curso de Licenciatura em Geografia contribuíram significativamente para a sua formação como cidadão?"

Quadro 01 - Componentes curriculares do curso de Licenciatura em Geografia que contribuíram significativamente para a formação como cidadão

Componente curricular	Quantitativo de estudantes
1. Geografia Urbana	8
2. Formação Econômica e Territorial do Brasil	6
3. Geografia Regional do Nordeste	6
4. Geografia Regional do Brasil	5
5. Educação Ambiental	5
6. Geografia política	4
7. Geografia Cultural	3
8. Geografia Industrial e dos Serviços	2
9. Fundamentos psicológicos da educação	2
10. Geografia agrária	2
11. Introdução à Ciência Geográfica	2
12. Geografia da População	2
13. Fundamentos de Ecologia	1
14. Cartografia	1
15. Geografia Econômica do Mundo Atual	1
16. Metodologia do ensino da Geografia 2	1
17. Avaliação da aprendizagem	1
18. Estágio Curricular Supervisionado	1
19. Todas	1
20. Todas de educação	1

Fonte: A autora, (2018)

De acordo com o quadro 1, pôde-se observar quantas vezes a disciplina é citada pelos estudantes concluintes. Diante disso, é necessário fazer uma análise sobre as disciplinas que são oferecidas pelo curso de Licenciatura em Geografia e quais, de acordo com eles, contribuem para sua formação cidadã. Diante disso, dentre os 20 estudantes entrevistados, apenas 1 estudante afirmou que todas as disciplinas contribuem para a sua formação cidadã, ou seja, para esse estudante cada disciplina tem fundamental importância e todas juntas trabalham sua formação cidadã, pois cada uma, com sua especificidade, contribuem para essa temática. Pontuando Carlos (2012, p. 96),

Assim, através da Geografia, é possível construir um pensamento capaz de revelar o movimento que vai da localização dos homens e de suas atividades na superfície da terra à produção do espaço como momento da produção da vida em todas as suas dimensões (numa articulação dos planos econômico, político e social) como movimento da reprodução da sociedade ao longo da história.

Para tanto, a própria Geografia tem dentre seus objetos de estudos a relação entre o homem/natureza e a ocupação territorial e as transformações nas paisagens, sendo assim, este assunto é abordado ao longo de todo o curso, nas mais diversas disciplinas.

A disciplina de Geografia Urbana foi citada 8 vezes, essa disciplina tem como objetivo estudar os agentes que produzem o espaço urbano, além de estudar as contradições da cidade contemporânea frente às lutas pelo direito à cidade, compreender as tendências atuais da urbanização brasileira, como afirma Carlos (2012, p 98), a geografia urbana faz

análise do cotidiano, todavia, ilumina duas situações em conflito que permeiam e fundam a prática sócio-espacial (que contém um tempo vivido): as formas de alienações vividas e o dever que orienta o pensamento e um projeto de sociedade.

Perante o exposto, essa disciplina, para eles, por tratar desses fatores, contribui para a formação cidadã.

Dando continuidade às análises, Formação Econômica e Territorial do Brasil é a segunda mais citada por eles, 6 vezes, por estudar o federalismo e a fragmentação territorial e do desenvolvimento das forças produtivas e dinâmicas territoriais, trabalhando também o Brasil atual, as relações internacionais e a globalização. Em relação à Geografia Regional do Nordeste, tendo como objetivo analisar processo de organização do espaço geográfico, dando ênfase na formação territorial e socioeconômica da Região Nordeste, segundo o PPC (2014) do curso de Geografia do IFPE, fazendo uma integração do cenário atual do Nordeste, esse foi apontado 6 vezes. A Geografia Regional do Brasil, por estudar as dinâmicas de cada região, identificando os processos na organização do espaço, 5 citaram essa disciplina. Na Educação ambiental, por com o objetivo de formar cidadãos com consciência crítica sobre as questões socioambientais, formando um sujeito ecológico, conhecendo as novas formas de conduta do ser humano com o meio ambiente, 5 mencionaram essa disciplina.

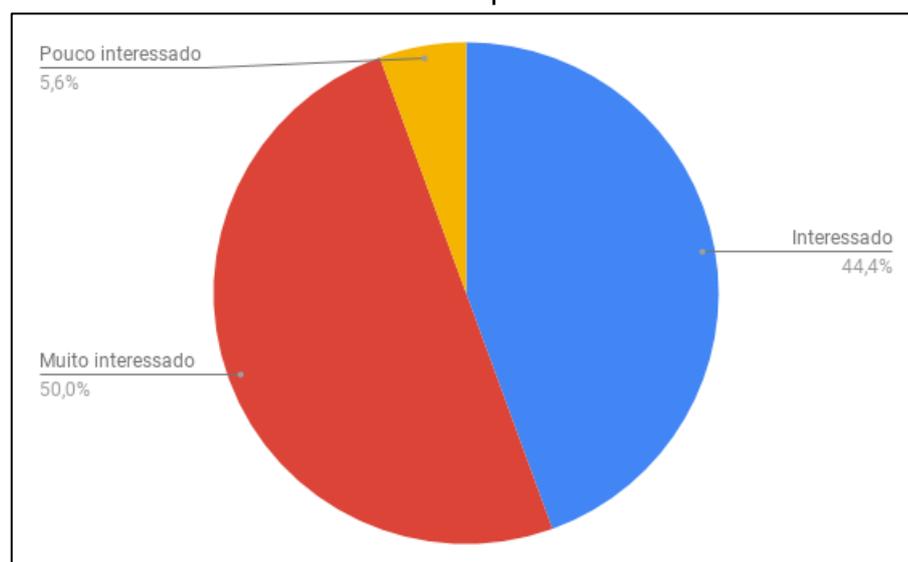
A disciplina de Geografia política, foi mencionado 4 vezes, em especial, essa disciplina tem como objetivo de estudar o desenvolvimento e os fundamentos do Estado e políticas territoriais, fazendo uma análise da relação entre Estado, política e território e diante disso compreender a realidade política, social e econômica do Brasil e do mundo, além de entender o funcionamento do Estado e conflitos que aconteceram no Brasil e no mundo, de acordo com o PPC do curso de Geografia do IFPE (2014). A Geografia cultural busca analisar a dimensão espacial da cultura, fazendo uma análise dos elementos e dos tipos de culturas, e como as culturas influenciam o território, a paisagem e o indivíduo (PPC, Licenciatura em Geografia, IFPE, 2014), essa disciplina foi citada 3 vezes.

As disciplinas que são mencionadas apenas 2 vezes, foram: Já a introdução à Ciência Geográfica que estuda os conhecimentos fundamentais da Geografia; Geografia da população que busca analisar os fundamentos e as abordagens históricas das teorias democráticas, analisando também a dinâmica populacional no Brasil e no mundo; A Geografia agrária, estuda a integração dos elementos do complexo agrário, fazendo uma análise das determinações econômicas, sociais e históricas da estrutura fundiária da agricultura brasileira, compreendo e a relação do agronegócio e da agricultura familiar e qual as vantagens e desvantagens dos mesmos, essas 3 disciplinas citadas acima são disciplinas de grande relevância para a compreensão da organização do espaço, tanto nos aspectos políticos quanto culturais, sociais e ambientais, porém só foram mencionadas 2 vezes; A Geografia Industrial e dos Serviços por estudar a produção e organização do espaço geográfico a partir do desenvolvimento e das abordagens históricas da atividade industrial e dos serviços, tendo como base o papel das corporações capitalistas e do Estado. Por último, temos a disciplina de fundamentos psicológicos da educação, onde faz reflexões as principais teorias do desenvolvimento e da aprendizagem, abordando os problemas mais frequentes da educação.

As mencionadas 1 vez, foram: Geografia Econômica do Mundo Atual, estuda as várias formas de organização econômica no espaço geográfico mundial; Cartografia, tendo como objetivo interpretar os vários tipos de mapas e as cartas; Fundamentos de Ecologia, estuda a relação do seres vivos e entre si e destes com o meio, buscando entender como funciona a natureza; e as de cunho pedagógico, sendo elas: Metodologia do ensino da Geografia 2; Avaliação da aprendizagem, foca nos diversos aspectos relacionados ao contexto educacional, os tipos de avaliação

que podem ser aplicadas, avaliando também os programas educacionais; Estágio Curricular Supervisionado, se insere como um campo de aprendizagem relevante no processo de formação do futuro professor de Geografia, visto que, é essa vivência que promove a mobilidade de distintos saberes, a construção da identidade docente e a incumbência da responsabilidade profissional no sentido que o estudante em via de formação adote de maneira exemplar sua postura docente, de acordo com Pimentel e Pontuschka (2015), o estágio tem a proposta de qualificar o progresso de profissionalização em construção, consolidando saberes e posturas profissionais. Destaca-se ainda que o estágio tenha o compromisso de inserir os futuros professores no ambiente escolar da Educação Básica, com o objetivo de aproximá-los, “[...] das condições reais de trabalho para gerar saberes.” segundo Pimentel e Pontuschka (2015, p. 75); e 1 estudante afirmou dizendo que apenas as disciplinas de educação contribuem para sua formação cidadã. Diante das respostas dos graduandos, é possível observar que a maioria cita mais de uma disciplina, sendo elas da Geografia humana e as de cunho pedagógico, sendo assim, na concepção dos estudantes as disciplinas citadas acima contribuem para sua formação cidadã e com isso eles saíram da universidade professores capazes de formar estudantes da educação básica um cidadão pleno, capazes de lerem a realidade política em sua comunidade.

Gráfico 03 - Interesse dos estudantes pelos temas políticos do país, estado e município



Fonte: A autora, (2018)

Na questão 8, buscou-se analisar o grau de envolvimento e interesse dos concluintes com os temas políticos do país, o gráfico 3 mostra que, 50% dos estudantes, afirmaram ser muito interessado por temas políticos do seu país. E os que dizem ser interessados, foram de 44,4%. Resultado significativo, pois por ser um curso de geografia requer o interesse dos mesmos sobre a temática, pois para entender o espaço geográfico em que se vive é preciso ter entendimento sobre os temas políticos, compreendo essas dinâmicas na sua cidade para então fazer uma análise crítica em suas aulas, formando assim cidadãos críticos. De acordo com o resultado, há um número alto de estudantes que diz ser interessado por temas políticos e que tem contato com a esfera política. E por ser estudantes de uma universidade, é esperado que os graduandos em formação tenham interesse por assuntos políticos, assuntos da sua cidade e se envolva em assuntos sociais e políticos do seu país e de sua comunidade, com referência em Zirger (2013, p. 38) a responsabilidade da universidade,

requer um conceito ampliado de racionalidade, para além da educação instrumental, técnica e operacional. [...] uma educação superior com vistas a uma formação que não esteja focada apenas em habilidades e competências curriculares e profissionais. Mas, além das habilidades e competências, reconhecer a incompletude de saberes que permeia as experiências humanas [...].

À vista disso, o ensino superior não se envolve apenas com o conhecimento metafísico e abstrato, na concepção de universidade não mais restrita ao ensino e à pesquisa, ela se volta também na construção do conhecimento fora da universidade, discutindo a sociedade e seu entorno, na medida em que os problemas da universidade não se referem somente à sua constituição e desenvolvimento, mas a um cenário mais amplo da Educação Superior em seus movimentos e conflitos (FERNANDES; MOROSINI, 2011). Refletindo, portanto, que a formação não é apenas o ensino técnico, ela vai, além disso, ela busca se comprometer com a formação ética e política na vertente da responsabilidade social da universidade (ZIRGER, 2013). Em contrapartida, uma minoria de estudantes diz ter pouco interesse por esse tema, 5,6% dos entrevistados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada nessa pesquisa verificou qual a concepção dos estudantes do curso de Licenciatura em Geografia sobre formação cidadã e como esta ciência contribui para a construção do cidadão na educação básica. Identificou, também, quais os meios de atuação utilizados por eles e quais ferramentas que eles usam para o exercício da sua cidadania.

Na análise documental realizada nesta pesquisa foi possível constatar que o PPC de Licenciatura em Geografia está voltado para uma formação cidadã, valorizando a qualidade de ensino, buscando formar um professor que seja capaz de promover mudanças na sociedade. Além de formar docentes atuantes na comunidade escolar.

Para compreender sobre os professores de Geografia em formação, fez-se um levantamento a cerca da formação contínua dos docentes, a sua prática e os saberes docentes obtidos ao longo da carreira, por sua vez, a formação é um processo complexo que se constrói na totalidade da vida social, assim como a educação. Além disso, tratou-se sobre a importância de capacitar um profissional de Geografia crítico reflexivo, pois um professor do século XXI deve refletir e fazer com que seus estudantes aprendam a refletir sobre a realidade política do seu país, fazendo com que o professor junto com os estudantes construam uma resposta dos problemas, é um processo mais humano e emancipatório.

Para tal análise, buscou abordar também o papel da educação e da escola para a formação cidadã, diante do exposto, foi verificado que o estudante deve ser formado não só com o conhecimento intelectual das disciplinas que são proporcionadas, mas principalmente, para ter um olhar crítico da realidade, formando estudantes capazes de ler a dimensão política da organização espacial a partir de sua realidade. Além disso, formando pessoas ativas, capazes de conviver no seu cotidiano de forma consciente, crítica e reflexiva. Analisando, também, a contribuição da Geografia escolar para o cumprimento de uma das finalidades da educação básica, que é o preparo para o exercício da sua cidadania, formando estudantes-cidadãos capazes de analisar as problemáticas do mundo e da sua comunidade, analisando criticamente. Diante disso, é importante a educação para a cidadania, pois assim, serão formados estudantes da educação básica que saibam o seu papel na sociedade. Neste sentido, a Geografia Escolar deve trabalhar com

estes conceitos analisados, visando contribuir para com a formação cidadãos ativos, críticos, solidários e participativos.

A primeira constatação dessa pesquisa foi que os concluintes do curso de Licenciatura em Geografia tem um bom entendimento do conceito de cidadão, onde ser um cidadão pleno, por sua vez, é ter participação ativa na sociedade, é compreender e discutir a realidade política, econômica e social, é ver garantidos o seu direito e saber os seus deveres.

De acordo com as análises feitas pode-se dizer que diante dos resultados alcançados, foi identificado um quadro de estudantes da graduação de Licenciatura em Geografia que se preocupam com a formação cidadã dos estudantes da educação básica, preocupados com os problemas em relação ao governo do seu país, são cidadãos que participam de política. Os futuros docentes demonstram consciência política, também foi identificado que os mesmos sabem que a Geografia é uma disciplina crucial para formar cidadãos, além de saber qual o seu papel como futuro professor de Geografia na sociedade.

Outro aspecto analisado neste estudo foi que os futuros docentes de Geografia da UFPE dizem que a escola é fundamental na construção social, pois é uma instituição que promove o acesso ao conhecimento intelectual e proporciona a relação interpessoal dos estudantes, gestão e professores no âmbito escolar, abordam que esse espaço promove a formação para a cidadania, cabendo à escola uma formação que aborde sobre as diferentes culturas, aprendendo a respeitar o próximo e agir coletivamente.

Ainda sobre a análise da concepção dos estudantes, vale destacar que eles compreendem que a Geografia escolar contribui para a formação cidadã, para mais, eles abordam os temas fundamentais da Geografia que contribuem para essa formação, sendo os citados: a paisagem, o território, lugar e a geopolítica. Fica evidente que eles têm a compreensão da importância e das possibilidades da Geografia escolar para formação da cidadania, afirmando que a Geografia escolar estimula ao pensamento crítico e reflexivo da realidade em que vivem. Além do mais, eles apresentaram da apropriação do conceito de Estado na Geografia escolar, afirmando que essa abordagem é importante para ser trabalhada bem em sala de aula, pois assim os estudantes entenderam a função e a organização desse conceito, porém essas temáticas, de acordo com alguns deles, são trabalhadas de

maneira mais superficial em sala de aula, analisando apenas o conceito e não o seu funcionamento.

Quando perguntados sobre a preocupação com a formação do estudante-cidadão capazes de ler o mundo, foi constatada nesta pesquisa que, para eles, é papel do professor essa formação dos estudantes, pois para os mesmos, esse é o grande desafio do professor, levar esse entendimento de cidadão, formando indivíduos mais humanos e solidários. No que diz respeito às ferramentas e meios de atuação, identificou que os estudantes são bem participativos na esfera política e social, uma maioria participam de assuntos de sua cidade, participando de debates, movimentos sociais, atividades em prol da sociedade, característica de um cidadão ativo. Já em relação as disciplina do curso de Licenciatura em Geografia que contribuem para a formação cidadã, foi analisado que a maioria cita várias disciplinas, sendo as mais citadas: a de Geografia humana e as de cunho pedagógico.

Por fim, buscou-se medir o grau de envolvimento e interesse dos concluintes com os temas políticos do país, de acordo com resultado, é possível observar que esses discentes se interessam por essa temática, isso é o resultado por está em uma universidade e em um curso de Geografia, pois um dos objetivos da universidade e da Geografia é desenvolver no discente o conhecimento crítico do cenário social, ambiental, econômico e político. Assim, evidencia-se a importância desta pesquisa, pois se pode constatar que na Universidade Federal de Pernambuco – *Campus* Recife, estão sendo formados professores de Geografia voltados para a formação cidadã, atendendo aos objetivos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases - LDB. Porém, esse debate não se esgota por aqui, pois é fundamental continuar debatendo sobre a formação cidadã nas escolas e também nas universidades, formando professores de geografia que saibam dialogar com os estudantes da educação básica sobre a realidade política, social e econômica do Brasil e do mundo, tendo em vista a formação de cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel (Coord.). **Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão**. Porto: Porto Editora, 2005.

ALBUQUERQUE, Rosangela Nieto de. Cidadania na pós-modernidade e a escola – vivenciamos uma cidadania efêmera? **Revista construir notícias**. 91. ed. p. 5-10. 2016.

ALMEIDA, Maria Isabel de. Apontamentos a respeito da formação de professores. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org.). **Formação de Educadores: artes e técnicas – ciência e políticas**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. p. 103-117.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENEVIDES, Maria Vitória. Cidadania e Democracia. **Lua nova**. nº 33. 1994.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2000.

BORGES, Vilmar José et al. **A Geografia escolar e a formação para a cidadania: teoria e prática de professores dos municípios da grande Vitória-ES, Brasil**. 2008. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Ensenanzadelageografia/Investigacionydesarrolloeducativo/71.pdf>> Acesso em: 7 de jun. 2018.

BRAGA, Maria Cleonice B.; SANTANA, Sandra Souza de. O conceito de professor reflexivo na prática docente em Geografia. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 4, n. 7, p. 39-60, jul./dez. 2013.

BRAGA, Flávia Spinelli. A cidadania na formação do professor de geografia – leis e práticas no Brasil e em Portugal. A Cidade, um laboratório para a educação geográfica. **Atas do VI Congresso Ibérico de Geografia**, Porto e Vila Nova de Gaia, p. 427 – 438. 2013.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, 2000.

BRASIL. MEC. Secretaria do Ensino Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emendas Constitucionais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao compilado.htm>
Acesso em: 20 de mai. 2015

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015**.

BRÁZ, Glênia de Souza. *et al.* O Papel do Centro Acadêmico na Formação Cidadã do Universitário: um estudo de caso dos usuários do CABIRG/UFC. **Revista folha de rosto em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.3, n. 1, p. 5-15, jan./jun. 2017.

BRITO, Miguel Sá de Souza; SENA, Tamires Martins; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo. A formação do professor de geografia: uma breve revisão bibliográfica sobre as concepções teóricas. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 3, n. 7, p. 134-150, 2011.

CALLAI, Helena Copetti. A Geografia e a escola: muda a Geografia a Geografia? Muda o Ensino? **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, 2001.

CALLAI, Helena Copetti. O conhecimento geográfico e a formação do professor de geografia. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-20, jul./dez. 2011.

CALLAI, Helena Copetti. Educação geográfica para a formação cidadã. **Revista de Geografia Norte Grande**, n. 70, p. 9-30, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A "Geografia Urbana" como disciplina: uma abordagem possível. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, USP, v. especial 30 anos, p. 92-111, 2012.

CARNEIRO, Sônia M. M.; NOGUEIRA, Valdir. Educação Geográfica e a Consciência Espacial Cidadã. **Revista Contrapontos**, Santa Catarina, v. 8, n. 1, p. 85-101, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Sousa. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Sousa. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

CAVALCANTI, Lana de Sousa. **A Geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para vida urbana cotidiana**. São Paulo: Papyrus, 2008. p. 81-104.

CAVALCANTI, Lana de Sousa. **O ensino da Geografia escolar**. São Paulo: Papirus, 2012.

CÉSAR, João Batista Martins. A audiência pública como instrumento de efetivação dos direitos sociais. **Revista do Mestrado em Direito**, Brasília, v. 5, nº 2, p. 356-384, Jul./Dez. 2011.

CORASSIN, Maria Luiza. O cidadão romano na república. **Projeto História**. São Paulo, n.33, p. 271-287, dez. 2006.

CRUZ, Igor Sacha Florentino. **Da mera memorização à leitura de mundo: a construção da formação cidadã no currículo de Geografia do ensino médio**. 2015. 264 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**. 16. ed. São Paulo: Ática. 1999.

FÁVERO, Altair Alberto; FONTANA, Maire Josiane. Professor reflexivo: uma integração entre teoria e prática. **Revista de Educação IDEAU**, v.8, n. 17, Jan./ Jun. 2013. ISSN: 1809-6220.

FERNANDES, Cleoni Maria Barbosa; MOROSINI, Marília Costa. Educação Superior: universidade e o projeto de formação cidadã. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 3, p. 465-482, set./dez. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17^o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (coleção leitura).

FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 49-80.

GAUTHIER, Clermont, et al. **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. 2^a ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.) **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012. p. 29-48.

GUSMÃO, Sílvia. **O poder das redes como ferramenta de mobilização social**. 2011. Disponível em: <<https://ne10.uol.com.br/coluna/trajeto-profissional/noticia/2011/08/23/o-poder-das-redes-como-ferramenta-de-mobilizacao-social-292514.php>> Acesso em: 21 de nov. 2018.

IFPE, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia (PPC)**. Recife, 2014. Disponível em:

http://www.ifpe.edu.br/campus/recife/cursos/superiores/licenciaturas/geografia/projeto-pedagogico/ppc_geografia.pdf. Acesso em 24 de nov. de 2018.

JACOBI, Pedro. A cidade e os cidadãos. **Lua Nova**, São Paulo, v. 2, n.4, Mar. 1986.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. Tradução Laura Bocco. 4. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MARTINS, Rosilda Baron. Educação para a cidadania: O projeto político-pedagógico como elemento articulador. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. (Orgs.) **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. 13. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008.

MORAES, Bruna B. dos Santos; SANTOS, Lucas dos. Geografia e a formação da cidadania. In: FERRETTI, Orlando; CUSTÓDIO, Gabriela A. (orgs). **Artigos da disciplina estágio curricular supervisionado em geografia II**: segundo semestre de 2013. Florianópolis: NEPEGeo; UFSC, 2014. Disponível em: <<http://nepegeo.ufsc.br/files/2014/06/Artigo-Bruna-e-Lucas.pdf>> Acesso em: 16 de dez. 2017.

NUÑEZ, Isauro Beltrán; RAMALHO, Betania Leite. As representações de professores sobre a Docência como profissão: uma questão a se pensar nos projetos formativos. In: Colóquio Internacional Políticas e Práticas Curriculares, 2., 2005, João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa: UFPB, 2005. p. 1-11. 1CD-Rom.

OLIVEIRA, Márcio Piñon. Cidadania no Brasil: Elementos para uma Análise Geográfica. **GEOgraphia** (UFF) , Niterói - RJ, v. 3, n.6, p. 45-54, 2002.

OLIVEIRA, Rita de Cássia; THOMAZ, Lurdes. **A educação e a formação do cidadão crítico, autônomo e participativo**. 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1709-8.pdf>> Acesso em: 26 de out. 2018.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

PIMENTA, S.G. Formação de professores: Identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S.G. (Org.) **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

PIMENTA, Selma G. Professor Reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, S. G. e GHEDIN, E. (orgs.) **Professor Reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez Editora, 2009. p. 15-34.

PIMENTEL, Carla Silvia; PONTUSCHKA. A construção da profissionalidade docente em atividades de estágio curricular: experiências na Educação Básica. **Estágio Supervisionado na formação docente**. ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (org.). São Paulo: Cortez, 2015.

PIVETTA, Hedioneia Maria Foletto; ISAIA, S. M. A. Aprendizagem docente a partir da reflexão grupal na educação superior. In: Encontro Nacional de Educação - EDUCERE, 9., 2009, Porto Alegre - RS. **Anais [...]**Porto Alegre: PUCPR, 2009. p. 6021-6032.

RIBEIRO, Wagner Costa. A quem interessa a globalização. **Revista ADUSP**, n. 2, p. 18-21, 1995.

RIBEIRO, Marlene. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, nº 2, p. 113-128, jul./dez., 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. **Espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SCHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SENA, Adailson dos Santos. **O Papel do Professor na Construção da Cidadania do Discente**. 2014. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/o-papel-do-professor-na-construcao-da-cidadania-do-discente/127201>>. Acesso em: 23 de nov. 2018.

SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca. Educação para a competitividade ou para a cidadania social? **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v.14, n. 1, Jan./Mar. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9797.pdf>> Acesso em: 13 de dez. 2017.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

UFPE, Universidade Federal de Pernambuco. **Projeto Pedagógico do Curso de Geografia**: Licenciatura. Recife, 2014.

VASCONCELOS, Teresa. A Importância da Educação na Construção da Cidadania. **Saber (e) Educar**, Porto, v. 12, 2007.

VESENTINI, José William. **Repensar a Geografia escolar para o século XXI**. São Paulo: Plêiade, 2009. p. 69-112.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

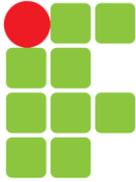
ZAMBAM, Neuro Jose. Educação, condição de agente e cidadania. **Vidya**, Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, RS , v. 26, N. 1, p. 55-64, jan/jun., 2006.

ZEICHNER, Kenneth M.. **A Formação Reflexiva de Professores**: Ideias e práticas. Lisboa: Educa, 1993.

ZIRGER, Juliana. **Formação política na universidade**: possibilidades a partir de (con)vivências na extensão/UFRGS. 2013. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ZWETSCH, Andrielle dos Santos; ZWETSCH, Patrícia dos Santos. Escola: educação para cidadania. In: **congresso nacional de educação**, EDUCERE, 12.; seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação, SIRSSE, 3.; encontro nacional sobre atendimento escolar hospitalar, 9.; congresso nacional sobre o atendimento pedagógico, 1., 2015, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba: PUCPR, 2015. P. 1531-1543.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
Campus Recife – Diretoria de Ensino
Departamento Acadêmico de Ambiente, Saúde e Segurança
Curso de Licenciatura em Geografia

QUESTIONÁRIO

Caro estudante,

estas são algumas das questões para compreender a concepção dos licenciandos em Geografia da UFPE, turma 2018.2, sobre a contribuição da educação geográfica para a formação cidadã, tema objeto de estudo de minha monografia. Para tanto, necessito de informações dos concluintes do curso de licenciatura em Geografia. Sua participação é muito importante para que eu tenha elementos suficientes para aprofundar a reflexão e contribuir para o debate. Será mantido o anonimato.

Desde já, agradeço sua participação.

Nome:

Idade:

Já possui alguma outra formação? Qual?

Leciona ou estagia? Há quanto tempo?

1. Para você, o que é ser cidadão?

2. Qual o papel da escola na formação de cidadãos?

3. Como você analisa o papel da Geografia escolar para a formação de cidadãos, a disciplina tem conceitos e temas que contribuem para a formação cidadã? De que maneira?

4. A Geografia escolar se apropria do conceito de Estado em suas análises espaciais, ensinando sobre o seu funcionamento e organização? De que forma você analisa esta abordagem?

5. Em suas aulas, você se preocupa com a formação do estudante-cidadão, capaz de ler a realidade política em sua comunidade e agir em favor de uma sociedade mais justa?

6. Quais as ferramentas e meios de atuação utilizada por você para o exercício da cidadania?

- a) Internet: redes sociais
- b) Participação de movimentos sociais
- c) Realização e participações em debates políticos
- d) Discussão de problemas de sua cidade
- e) Realização de atos públicos
- f) Atividades beneficentes
- g) Participação em diretório acadêmico
- h) Audiência pública
- i) outros: _____

7. Que disciplinas do curso de Licenciatura em Geografia contribuíram significativamente para a sua formação como cidadão?

8. Como você se classifica em relação ao interesse pelos temas políticos do país, do seu Estado ou município?

- () Muito interessado
- () Interessado
- () Pouco interessado
- () Não tenho interesse